

Acção Socialista



N.º 1324 24 Março 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA



“Um novo tempo para a floresta”

A floresta portuguesa, os seus produtos e serviços valem 3% do PIB português, 11% do PIB industrial e 12% das nossas exportações, empregando directamente mais de 260 mil pessoas. Tendo em atenção o trabalho desenvolvido pelo Governo na área das florestas, o “Acção Socialista” falou com Ascenso Simões, secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

10

AUTÁRQUICAS 2009



Idalina Trindade, candidata ao município

“Nisa merece uma Câmara do PS”

15



Samuel Cruz, candidato ao Seixal

“Novos protagonistas com renovada vontade de fazer”

17



António Duro, candidato à Câmara da Moita

“Alternativa de mudança e prosperidade”

19

Moratória nos empréstimos à habitação para famílias com desempregados



Uma linha de crédito para ajudar nas prestações do crédito à habitação, destinada aos casais em que um dos elementos esteja a passar por um período de desemprego, aumento na comparticipação dos medicamentos dos pensionistas com pensões inferiores ao salário mínimo, e benefícios e apoios

específicos para os alunos, ao nível da acção social escolar, que tenham pais desempregados, foram as principais medidas que o primeiro-ministro anunciou, na Assembleia da República, durante o debate quinzenal dedicado à política de apoio às famílias.

3



NÓS, EUROPEUS

Eleições Europeias 2009

Vital Moreira
Vital Moreira

SÁBADO, DIA 28 DE MARÇO, ÀS 21H00
HOTEL TURISMO - GUARDA

DOMINGO, DIA 29 DE MARÇO, ÀS 16H30
AULA MAGNA DO IPV
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU

COM
VITAL MOREIRA

Nesta edição
Suplemento
“Europa”



OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Ocorrendo vagas, são chamados, por ordem, os primeiros candidatos não eleitos, e só se chegará aos que constavam da lista como suplentes, depois de esgotados os efectivos

AUTÁRQUICAS 2009 SUPLÊNCIA NA ORDEM

ANTERIORMENTE explicámos que as listas eleitorais têm candidatos efectivos em número igual ao de membros do órgão a eleger, que esse número não é fixo e que, nas freguesias grandes, a lei não prima pela clareza.

Ora, além dos candidatos efectivos, a lei obriga as candidaturas à apresentação de suplentes.

Naturalmente, estes destinam-se a colmatar as vagas que possam vir a ocorrer entre os efectivos, substituindo-os.

Na verdade e na prática, porém, após a eleição, muitos dos efectivos também se tornam suplentes.

O nosso sistema proporcional leva a que, mediante várias candidaturas, por listas plurinominais, os mandatos sejam atribuídos conforme ao número de votos. Os mandatos não são todos atribuídos à lista vencedora, como seria num sistema maioritário.

Assim, os efectivos de dada lista, que não tenham ficado no número dos inicialmente eleitos, acabam por subsistir com um estatuto factual de suplentes.

Ocorrendo vagas, são chamados, por ordem, os primeiros candidatos não eleitos, e só se chegará aos que constavam da lista como suplentes, depois de esgotados os efectivos.

Assim, na verdade, após a eleição, os efectivos não eleitos e os suplentes, ao fim e ao cabo, restam todos como suplentes, sem qualquer diferenciação que não seja a sua posição de ordem na lista.

Na apresentação da candidatura, no mínimo, os candidatos suplentes terão de ser em número não inferior a um terço dos efectivos, arredondado por excesso.

Não há, porém, um limite máximo.

A atribuição dos mandatos é feita segundo a ordem da lista, mas atenção: a ordem dos candidatos que vale, sejam efectivos ou suplentes, é a que constar da Declaração de Candidatura, ou seja, da declaração assinada pelo próprio, que pode ser colectiva ou individual.

Se houver divergência, entre a lista de nomes apresentada e a ordem constante das declarações assinadas, é esta última que vale.

Durante o mandato várias vicissitudes podem determinar a necessidade de alterações, temporárias ou definitivas na composição dos órgãos das autarquias locais. Aí são, então, chamados – por suplência, como se usa dizer no Brasil – os membros seguintes da lista para assumirem esses lugares.

Essas vicissitudes podem ser a renúncia ao mandato por vontade do próprio, a perda do mandato por condenação judicial, a incompatibilidade com outra função, a suspensão temporária, ou, como é próprio da vida, a morte.

Um caso de incompatibilidade é o dos vogais da Junta de Freguesia que, enquanto aí estiverem, são substituídos na Assembleia de Freguesia. Se saírem da Junta, regressam à Assembleia. Não podem é ter as duas funções em simultâneo.

No caso das coligações há uma especificidade na substituição. Saindo um membro é chamado, para o substituir, não necessariamente o seguinte da lista, mas o próximo que seja do mesmo partido. Contudo, se não houver, a seguir, elementos do mesmo partido, volta-se a chamar pela ordem da lista.

Menos conhecido é que os suplentes têm ainda uma função a desempenhar antes da eleição, mas disso falaremos na próxima crónica.

PS/Açores apresentou os candidatos às 19 Câmaras Municipais da região



O PRESIDENTE do PS/Açores, Carlos César, apresentou publicamente todos os 19 candidatos socialistas às câmaras municipais daquela região autónoma.

Na ocasião, o também líder do Governo Regional assegurou que os autarcas propostos pelo PS/Açores “não têm a perspectiva nem tão pouco a missão de irem para as câmaras municipais defender o Governo Regional”, mas não agirão igualmente como os autarcas do PSD, os quais, garantiu, “com honrosas excepções”, se transformam “de forma indigna e ilegítima”, em autênticas “sedes do partido da oposição”.

Para o presidente do Executivo Regional, os autarcas eleitos pelo PS/Açores devem, isso sim, trilhar o

caminho da gestão “rigorosa, honesta e competente”, e apostar mais na exploração de sinergias e de todas as complementaridades possíveis entre os poderes local e regional, modelo que, na sua opinião, resulta sempre no curto prazo, em “significativos benefícios para os seus territórios e para os municípios”.

Carlos César defendeu ainda o estabelecimento de uma mais adequada e profunda relação entre o poder local e o Governo regional, de modo a que no futuro, como sublinhou, “possam ser alargadas as áreas contratuais e estratégicas de acção”.

Essa relação nova, na perspectiva do líder do PS/Açores, deverá ser sempre assumida pelos autarcas eleitos pelo Partido Socialista, de-

vendo estes, como defendeu, aspirar a um maior desenvolvimento e a uma colaboração mais estreita com o Governo, esperando da parte do Executivo regional igualmente uma reciprocidade para com as autarquias.

Mas tal objectivo, para o líder do Executivo açoriano, pode e deve ser enquadrado e concretizado através do que o PS/Açores designa como “Projectos Locais de Interesse Comum”.

Entre os exemplos que citou, enquadráveis nesta iniciativa regional, estão as áreas dos serviços de acção social, os serviços aos cidadãos, mas também as áreas ligadas à habitação, educação, turismo e gestão de resíduos.

CANDIDATOS DO PS ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



VILA NOVA DO CORVO
Manuel das Pedras Rita



MADALENA
Paulo Alexandre Matos Pereira da Rosa



ANGRA DO HEROÍSMO
Andreia Martins Cardoso da Costa



RIBEIRA GRANDE
Ricardo José Moniz da Silva



LAGES DAS FLORES
Luís Carlos Martins Maciel



LAJES DO PICO
Roberto Manuel Medeiros da Silva



PRAIA DA VITÓRIA
Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro



NORDESTE
Carlos Mendonça



SANTA CRUZ DAS FLORES
Manuel Alberto da Silva Pereira



CALHETA DE S. JORGE
Rogério Paulo Veiros



LAGOA
João António Ferreira Ponte



POVOAÇÃO
Delmar Carvalho Medeiros



HORTA
João Fernando Brum de Azevedo e Castro



VELAS
Manuel Soares da Silveira



VILA FRANCA DO CAMPO
António Fernando Raposo Cordeiro



VILA DO PORTO
Nélia Maria Coutinho Figueiredo



S.ROQUE DO PICO
Paulo Jaime Terra Goulart



SANTA CRUZ DA GRACIOSA
Manuel Avelar Cunha Santos



PONTA DELGADA
José Paulo Martins Casaca



Debate quinzenal

Moratória nos empréstimos à habitação para famílias com desempregados

Uma linha de crédito para ajudar nas prestações do crédito à habitação, destinada aos casais em que um dos elementos esteja a passar por um período de desemprego, aumento na comparticipação dos medicamentos dos pensionistas com pensões inferiores ao salário mínimo, e benefícios e apoios específicos para os alunos, ao nível da acção social escolar, que tenham pais desempregados, foram as principais medidas que o primeiro-ministro anunciou, na Assembleia da República, durante o debate quinzenal dedicado à política de apoio às famílias.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

OS AGREGADOS familiares que tenham um dos elementos do casal na situação de desemprego e que mostrem dificuldade em cumprir a sua obrigação de pagamento do crédito à habitação, vão poder beneficiar de uma participação em 50% por parte do Estado. Trata-se de uma moratória no crédito à habitação que será criada pelo Governo, e que, segundo o primeiro-ministro, deverá custar aos cofres do erário público cerca de 150 milhões de euros, abrangendo mais de 300 mil pessoas.

Ainda no domínio da política da habitação, outra das novidades anunciadas por José Sócrates foi a criação da figura do provedor do Crédito.

O objectivo desta ajuda em 50% na prestação mensal do crédito à habitação é o de aliviar o esforço financeiro das famílias em que um dos elementos do casal se encontre desempregado. Por isso, o Governo, em conjunto com diversas instituições financeiras, vai criar uma moratória nas prestações de crédito à habitação, iniciativa que “poder-se-á prolongar por dois anos” e que deverá ser requerida pelos interessados “até ao final deste ano”, adiantou o primeiro-ministro.

Durante este período será criada uma linha de crédito específica, sustentada numa taxa que se situará “abaixo da praticada pela Euribor em 0,5%”.

Quanto às restantes medidas anunciadas pelo primeiro-ministro

de apoio às famílias, a despesa para o Estado rondará os cerca de 100 milhões de euros.

Iniciativas que passam pelo apoio aos pensionistas, sobretudo aos mais idosos, cujas pensões sejam inferiores ao salário mínimo, estando previsto neste caso o aumento da comparticipação dos seus medicamentos.

Segundo anunciou o chefe do Executivo, esta comparticipação significa que o Estado passará a dar uma ajuda de 100% nos escalões A e B, nomeadamente nos medicamentos mais usados, como é o caso das doenças crónicas, hipertensão ou insuficiência cardíaca.

No que respeita ao escalão C, a comparticipação do Estado passará a ser de 67%, enquanto o escalão D, que abrange um número reduzido de medicamentos, passará a contar com uma comparticipação de 45%.

Quanto à área da acção social escolar, outro dos territórios em que o primeiro-ministro anunciou algumas novidades, o Estado vai prestar aqui apoios e ajudas aos alunos com pais desempregados há mais de três meses.

Com efeito, e como garantiu, enquanto um dos pais se mantiver no desemprego, os alunos que beneficiam das ajudas prestadas pela acção social escolar “passarão a ter

100% dos apoios”, situação que será aplicada, “tanto para os alunos que frequentam o ensino básico, quer o secundário”.

Quanto ao provedor do Crédito, a quem as pessoas sem qualquer custo” poderão dirigir-se para obter informações e apresentar reclamações sobre os empréstimos de que sejam titulares, deverá zelar pelo cumprimento das regras da lei e dos contratos, competindo-lhe também acompanhar a evolução do mercado de crédito e emitir as recomendações que entender necessárias “para que os direitos de todos sejam respeitados”, disse.

Como acentuou o chefe do Executivo, trata-se, em suma, de uma autoridade pública, que, para lá das responsabilidades no domínio do crédito à habitação, terá como objectivo primordial “melhorar o relacionamento entre o sistema financeiro e as famílias”.

PSD não tem propostas sérias para o país

Nos últimos seis meses, recordou, o Governo já tomou mais de uma dezena de medidas, com o único objectivo de “ajudar as famílias pobres e as empresas de pequenas e média dimensão a superar a crise”, tendo a este propósito anunciado

que o Estado despendeu em 2008 “perto de 1432 milhões de euros só com medidas de apoios directos às famílias mais pobres”.

O líder do GP/PS, Alberto Martins, acusou Manuela Ferreira Leite e o PSD de pretenderem aplicar em Portugal uma política de braços caídos.

Em face desta realidade, acrescentou, e em nome da defesa “da cultura democrática” é de todo aconselhável “que não se dê ouvidos a Manuela Ferreira Leite ou ao PSD”, o que aliás, como reconheceu, “nem parece uma sugestão nem muito original nem sequer estranha”, uma vez que é a própria Ferreira Leite que já afirmou publicamente, como recordou, que quase ninguém tem mostrado disposição para a ouvir a si ou às suas propostas.

Tal acontece, sustentou Alberto Martins, porque a política de braços caídos preconizada por Manuela Ferreira Leite e pelo PSD, nomeadamente quando defendem a interrupção da democracia durante seis meses, quando se revoltam contra o aumento do salário mínimo, considerando-o “uma irresponsabilidade”, ou ainda quando afirmam que o objectivo da família é a procriação, afigura-se no mínimo “contraproducente e inadequada” sobretudo ao tempo de crise que “vamos atravessando”.

OPINIÃO

EXECUÇÃO DO QREN

RUI VIEIRA
Deputado do PS

O Governo está a fazer adiantamentos às empresas, contribuindo, deste modo, para compensar a escassez de liquidez e as dificuldades de acesso ao crédito

SERÁ necessário evidenciar a importância do QREN como alavanca de desenvolvimento e coesão e como instrumento privilegiado de modernização da nossa economia?

Todos concordarão – mesmo as oposições mais negacionistas – que o novo quadro comunitário de apoio representa uma oportunidade excelente, talvez a última, para ganharmos terreno e nos aproximarmos dos nossos parceiros europeus mais desenvolvidos. Existe, pois, um razoável consenso sobre este assunto. Outra coisa não seria de esperar quando a dimensão dos números se impõe e desmente qualquer tentativa de minimização. O financiamento total rondará os 44.2 mil milhões de euros. A componente do financiamento comunitário será de 49%, ou seja, 21.5 mil milhões.

Já quanto à execução do QREN, as oposições não têm parado de clamar contra hipotéticos atrasos, chegando mesmo a afirmar que, até hoje, nenhum apoio chegou às empresas portuguesas. Então quanto às “piquenhas” e médias, como pitorescamente costuma dizer MFL, nem é bom falar. Ainda não terão visto um tostão sequer do QREN!...

Ora, não é por ser muito repetida que uma mentira passa a ser verdade. Nada como a clareza dos números para desmontar o arrazoado da oposição sobre os alegados atrasos na aplicação do QREN.

- Até 28 de Fevereiro de 2009 tinham sido abertos 489 concursos, dos quais 395 se encontram já encerrados. Estão aprovadas 13.087 candidaturas que envolvem um investimento total de 9.863 milhões de euros. Quase metade desta verba (4.731 milhões) provém de fundos comunitários.
- Os contratos já assinados representam 83% das candidaturas aprovadas e mobilizam um financiamento de 3.893 milhões de euros, isto é, 18% do QREN. Mas perguntarão os mais incrédulos: deste dinheiro quanto é que já chegou às empresas? Resposta: 859 milhões de euros, isto é, 22% dos fundos contratados. Como se sabe a disponibilização financeira facultada às empresas depende da execução dos projectos.

Mas aqui convém dizer que o Governo está a actuar de acordo com o que os tempos difíceis que estamos a atravessar aconselham: 45% desta verba ultrapassa as despesas validadas. Isto quer dizer que o Executivo está a fazer adiantamentos às empresas, contribuindo, deste modo, para compensar a escassez de liquidez e as dificuldades de acesso ao crédito.

Dito isto, devemos concluir que tudo tem corrido sobre rodas e que não é possível melhorar? – Não! É sempre possível melhorar! Agora que as dificuldades do arranque estão superadas, aquilo que se espera do Governo e da Administração é que os enormes recursos postos à disposição do país sejam integralmente aproveitados para recuperar a nossa economia, solidificar as nossas empresas e promover a coesão nacional.



Política de consolidação orçamental terá continuidade

O GOVERNO deverá voltar a uma política de “consolidação orçamental” assim que a economia o permitir. Esta a convicção expressa pelo porta-voz do PS, Vitalino Canas, ao reagir com satisfação ao parecer positivo da Comissão Europeia sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento de Portugal.

“A nossa posição é de regozijo naturalmente pela Comissão Europeia reconhecer que a estratégia orçamental do Executivo é oportuna, que visa enfrentar a crise com medidas adequadas e que vem na linha do que está a ser feito na Europa”, afirmou o dirigente socialista.

Recorde-se que a Comissão Europeia deu, recentemente, “luz verde” à estratégia orçamental do Governo português, considerando as medidas do Programa de Estabilidade actualizado 2008-2011 como “oportunas” para enfrentar o impacto da crise financeira global e a quebra económica “sem precedentes”.

O parecer do Executivo comunitário sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento português apresentado por Lisboa em 30 de Janeiro último foi analisado e aprovado pelos ministros das Finanças da União Europeia a 10 de Março, também em Bruxelas.

Para o porta-voz socialista, o



plano do Executivo português também “não perde de vista a consolidação orçamental”.

“As iniciativas do Governo são equilibradas sob o ponto de vista de relançar a economia, é algo que a União Europeia entende ser importante nesta altura e também com alguma despesa pública”, vinco Vitalino Canas.

Questionado sobre se o aumento de despesa por parte do Governo pode aumentar excessivamente o défice nacional, o dirigente do PS deixou claro que “não estamos perante uma derrapagem”.

“Conforme está no nosso PEC prevê-se que a partir do momento

em que a economia portuguesa regresse ao normal, de novo estará presente uma política de consolidação orçamental e o que está previsto são já 2,9% em 2010 e 2,6 em 2011, contrastando com os 3,9% de défice para este ano”, explicou.

Refira-se ainda que com o seu recente parecer, a Comissão Europeia confirma a sua decisão de não abrir um procedimento por “défice excessivo” contra Portugal, considerando que a derrapagem do défice orçamental prevista para 2009 é excepcional e explicada pela crise económica mundial. **M.R.**

União Europeia deve aprovar regras claras para melhorar o investimento público

O PARTIDO Socialista é favorável a que a União Europeia (UE) adopte um conjunto de iniciativas no sentido de que o investimento público se possa desenvolver de forma regulada para que haja um maior equilíbrio e transparência no âmbito do sistema financeiro.

Esta posição foi defendida pelo líder parlamentar do PS, Alberto Martins, à saída do encontro que manteve com o primeiro-ministro, José Sócrates, em São Bento, preparatório do Conselho Europeu de 20 e 21 de Março.

Alberto Martins manifestou ainda “total concordância” com as posições do Governo, nomeadamente no que concerne às respostas à crise que na opinião do líder parlamentar socialista “passa por um maior investimento público no sentido de criar condições de emprego”, medida que vai igualmente “favorecer as empresas públicas e permitir o crescimento da economia”.

Outra das respostas que Alberto Martins defendeu como desejáveis e capazes de ajudarem a fazer face



à crise económica e financeira, respeita “à necessidade de serem alteradas as instituições europeias e mundiais”, no sentido, como defendeu, “de um reforço da regulação e da supervisão”.

No que toca às políticas energéticas, outro dos temas que farão parte da agenda do próximo Conselho Europeu, o líder do GP/PS referiu que o grande objectivo é a preparação da cimeira de Copenhaga, onde deverão ser garantidas “as metas da União Europeia sobre esta temática”.

Na opinião de Alberto Martins, a UE precisa de reforçar-se ao nível da eficiência energética, “aumentar a diversidade das fontes e assegurar os normais fluxos das energias”, como é o caso do gás, numa referência óbvia à recente crise entre a Rússia e alguns países membros da União.

Quanto ao Tratado de Lisboa, Alberto Martins disse não estar de acordo com os que defendem estar o tratado desactualizado, manifestando a esperança de que a União Europeia consiga “superar as dificuldades”, nomeadamente em relação à Irlanda.

Para o líder do GP/PS, o Tratado de Lisboa da União Europeia “é um instrumento fundamental para a unificação da Europa e para que ela possa ter capacidade de resposta política”.

Os tratados, sustentou, “são sempre elementos vivos”, que se vão “actualizando com a prática”, e como qualquer obra viva, também o Tratado de Lisboa, com a sua entrada em vigor, “terá uma dimensão actualizada”. **R.S.A.**

V Congresso da TSS/UGT

Sócrates defende sindicalismo livre de tutelas partidárias

“Um sindicalismo livre, responsável e prepositivo na defesa dos trabalhadores, não sujeito a tutelas partidárias, como o praticado pelos socialistas, é fundamental para uma melhor democracia e um país mais justo e desenvolvido”, defendeu o secretário-geral do PS, José Sócrates, no dia 16, no encerramento do V Congresso da Tendência Sindical Socialista da UGT, em que João Proença foi reeleito para mais um mandato à frente da organização.

J. C. CASTELO BRANCO

NA SUA intervenção, José Sócrates incentivou os sindicalistas socialistas presentes na reunião magna, realizada no Hotel Altis, a prosseguirem a sua acção “na defesa intransigente dos seus associados”, sublinhando que “o PS orgulha-se da postura dos seus sindicalistas que não admitem tutelas partidárias”, ainda que isso signifique entrar em desacordo com o Governo.

“Ninguém aqui faz seja o que for para defender o seu partido, faz para defender o seu sindicato”, disse, salientando que cada vez que os sindicalistas socialistas “organizaram uma greve ou fizeram manifestações não foi agradar a nenhum partido, mas parar agir em defesa dos seus associados”.

Lembrando que nunca viu “insultos a ninguém” nas manifestações promovidas por sindicatos da UGT, o líder socialista considerou que “quando se recorre ao insulto nessas acções significa que se perdeu a razão”, já que, frisou, “o insulto não é um contributo para um bom sindicalismo ou melhor democracia, antes é a arma dos fracos”.

Por outro lado, referiu que, na actual conjuntura, o Governo advoga “o realismo salarial para defender o emprego”, e elogiou o sindicalismo praticado pela TSS/UGT. É que, frisou, o “país precisa de um sindicalismo livre e respon-

sável, que apresenta propostas, que aposta no diálogo social”.

A TSS/UGT, acrescentou, “nunca fez um sindicalismo radical, mas sim sindicalismo que sempre procurou fazer acordos e compromissos para melhor servir e defender os interesses dos seus associados”.

E recordou, a propósito, que o actual Governo foi dos que mais acordos de concertação social fizeram, salientando, nomeadamente, o acordo relativo ao salário mínimo nacional, que permitiu “um aumento histórico” em 2008 e 2009, o acordo sobre a Segurança Social de forma a torná-la “mais forte e segura” e a formação profissional, que tem como exemplo emblemático o programa “Novas Oportunidades”, com 750 mil inscritos que “querem aumentar a sua qualificação profissional e assim obter melhores salários”.

Sócrates disse ainda que a actual crise internacional com reflexos no nosso país “exige mais respostas políticas, que o Estado cumpra o seu dever, com mais investimento público, para apoiar as famílias, em especial as de menores recursos, e também apoiar as empresas, de forma a defender e criar emprego, em diálogo com os empresários e os trabalhadores”.

Antes, João Proença, reafirmou que os sindicalistas socialistas “praticam um sindicalismo de preposição e de acção, autónomo e independente dos partidos e dos



governos”, salientando que a UGT “é uma central plural, onde as decisões são construídas por consenso, em torno da defesa dos direitos dos trabalhadores”.

Em defesa do Emprego e do Estado Social

Considerando que a defesa do emprego e do Estado Social devem ser prioridade, o reeleito líder da TSS/UGT fez várias referências à resolução aprovada por unanimidade no encontro, que aponta várias propostas de combate à actual crise e elogia as medidas “importantes” tomadas pelo Governo, quer na área financeira, quer na área económica e social.

Mas, no entanto, disse ser fundamental que na área do emprego “o sector público dê o exemplo, pois não se pode continuar a assistir à redução de efectivos neste sector”, e defendeu “uma penalização exemplar” para todos aqueles que,

pelo seu comportamento à margem da lei e da ética, são responsáveis pela actual situação de algumas empresas, e o reforço dos meios da Inspeção-Geral do Trabalho, de modo a melhor combater as violações das leis laborais.

“Queremos mais investimento público, mas políticas de emprego, mais apoio aos desempregados e mais actuação contra aqueles que tentam aproveitar vantagens ilegítimas da crise”, afirmou, considerando “inaceitável” que no sector financeiro se assista a “salários majestáticos de muitos gestores e ao mesmo tempo redução de pessoal”.

Declarando que “o PS é o partido da esquerda democrática, da mudança e da transformação social”, João Proença defendeu ainda que o programa do Governo a apresentar às próximas eleições legislativas “deve assumir um compromisso claro com os trabalhadores, na defesa do crescimento e do emprego, da justiça

social, do Estado de Direito e das políticas sociais”, tal como consta nas propostas contidas na resolução aprovada por unanimidade no Congresso.

João Proença foi reeleito líder da TSS/UGT, com 201 votos favoráveis, 11 contra e 11 brancos e nulos, num universo de 222 votantes, enquanto o Secretariado recolheu 195 votos a favor, 14 contra e 14 brancos e nulos, num total de 223 votantes.

Além de José Sócrates estiveram no encerramento do congresso da Tendência Sindical Socialista o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, o secretário de Estado do Emprego, Fernando Medina, o presidente da Comissão do Trabalho da AR, Alberto Arons de Carvalho, a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Maria Manuela Augusto, e o líder da corrente sindical socialista da CGTP, Carlos Trindade.



Coragem para grandes decisões em tempo de crise

Perante a actual crise económica e a falência do modelo neoliberal, os socialistas precisam de encontrar novas respostas, implementar novas políticas públicas e sociais e redefinir o papel do Estado como regulador e interventor, definidor de metas e estratégias. Esta a ideia consensual na apresentação pública do terceiro número da revista Opinião Socialista, “Ops!”, o qual inclui um dossiê dedicado à economia e “às grandes decisões em tempo de crise”.

MARY RODRIGUES

NA SESSÃO de lançamento do terceiro número da “Ops!”, realizada em Lisboa, o deputado do PS Manuel Alegre deixou um apelo à coragem política e governativa.

Numa sessão em que esteve ladeado por Jorge Bateira, coordenador do dossiê de economia, António Carlos Santos, professor universitário, e Henrique Neto, empresário, Manuel Alegre disse que no presente momento “é preciso firmeza,

determinação e coragem”.

“Coragem é também coragem de dialogar e de ouvir os outros”, clarificou, considerando que nos actuais tempos de crise, quem se situa à esquerda e é socialista “tem de definir de que lado está no campo social”.

“Podemos estar na iminência de explosões sociais em Portugal e em países da Europa, que podem afectar a própria estabilidade democrática”, alertou, voltando a frisar que “é preciso saber se se está do lado dos desempregados, dos desprotegidos,



dos mais frágeis ou se se está do lado dos poderosos”.

“Para mim esta questão tem uma resposta muito clara: a minha condição de cidadão, de democrata e de socialista obriga-me a dizer que não se pode estar de outro lado se não do lado dos desprotegidos”, venceu.

Após Manuel Alegre, Jorge Bateira

lembrou que o dossiê incluído no terceiro número da “Ops!” conta com textos de qualidade indispensável, alertando de seguida para os perigos que espreitam a zona euro e para o que uma depressão económica poderia significar no quadro da União Europeia.

“A UE poderia mesmo ser posta em causa”, avisou.

Por sua vez, António Carlos Santos disse que o pensamento de mercado (oferta/procura) invadiu todas as esferas da vida em sociedade, mas que este na realidade é “preguiçoso e redutor”.

Finalmente, Henrique Neto considerou que a esquerda não pode voltar ao passado, que o debate social é o caminho para as soluções.

“É preciso perceber que não há soluções mágica, que elas não se encontrarão, porventura, a curto prazo ou isentas de novas injustiças”, concluiu.

Refira-se que neste número da “Ops!” pode ler-se um editorial assinado por Manuel Alegre, uma entrevista ao professor e investigador universitário Alfredo Bruto da Costa e artigos de diversos investigadores e políticos, socialistas e independentes, como José Castro Caldas, Nuno David, João Correia, João Ferreira do Amaral, José Reis ou Elísio Estante.

“FINISTERRA” DE NOVO NAS BANCAS

O PRESIDENTE da Fundação Res Pública, António Vitorino, acompanhado por Edite Estrela e Pedro Nuno Santos, presidiu, no passado dia 13 de Março, ao lançamento do novo número da revista “Finisterra”, cerimónia que decorreu na livraria parlamentar da Assembleia da República.

Dirigida pelo filósofo e ensaísta Eduardo Lourenço, a revista “Finisterra” é propriedade da Fundação Res Pública e inclui nesta edição um conjunto de temas sobre a “Europa Depois de Lisboa”, número que conta com a participação e os textos da deputada europeia Edite Estrela, do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, da ex-ministra do Emprego e Qualificação, do primeiro Governo de António Guterres, e especialista em questões europeias, Maria João Rodrigues, do ministro da Defesa, Nuno Severiano Teixeira, e do professor do ISCT André Freire, entre outros.

A “Finisterra” é uma revista quadrimestral de carácter cultural e político, que privilegia a discussão dos argumentos que marcam a actualidade política nacional e internacional, segundo uma perspectiva da esquerda democrática e que considera o pluralismo e a reflexão crítica essenciais à formação da opinião. R.S.A.

Socialistas dos CTT debateram liberalização dos serviços postais

Os CTT, devido à excelente gestão que têm tido nos últimos anos, “estão no bom caminho” para competir com qualquer outro operador que surja no mercado, afirmou o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, no debate promovido pela Secção de Acção Sectorial PS/CTT Lisboa, sobre os benefícios e os riscos da directiva comunitária de liberalização dos serviços postais, que decorreu no dia 18, na FAUL.

J. C. CASTELO BRANCO

NO DEBATE, moderado pela deputada e coordenadora das secções de acção sectorial da FAUL, Custódia Fernandes, o ministro Mário Lino referiu que a directiva da União Europeia (UE), aprovada durante a presidência portuguesa, surgiu porque em muitos países “o sector postal revelava uma grande ineficácia, custando muito aos contribuintes” e, neste contexto, “a concorrência visava que as empresas tivessem serviços de melhor qualidade”.

No caso português, Mário Lino afirmou-se optimista com a abertura do mercado até 2010, já que, sublinhou, “é inquestionável que os CTT têm hoje trabalhadores mais qualificados, apostaram na diversificação de actividades, com novas oportunidades de negócio,

internacionalizaram-se e obtiveram melhores resultados de exploração”.

Por isso, disse que “os CTT são hoje a empresa que menos preocupa a tutela e não nos assusta a competição com qualquer operador que apareça no mercado”, acrescentando, porém, que é necessário “uma boa regulação”.

E sublinhou ainda que a principal preocupação da tutela para enfrentar a liberalização foi a de dar uma linha de orientação para “salvaguardar os postos de trabalho e apostar numa maior qualificação dos funcionários”.

Por sua vez, Alberto Souto Miranda, vice-presidente da Anacom, afirmou que “os CTT têm estado à altura dos novos tempos, em que actualmente 80% do tráfego postal é de origem empresarial e 20% de origem doméstica”, porque, ironizou, “já ninguém escreve cartas de amor”.



E salientou que “a liberalização não é um fim em si mesmo, mas um processo que deve ter como objectivo melhorar a vida das pessoas”, já que, disse, “mais concorrência pode traduzir-se na melhoria da qualidade dos serviços e na redução de preços”.

Mas a liberalização, reconheceu, também tem riscos, porque “podem penetrar no mercado empresas que desprezam a qualidade dos serviços, pode haver despedimentos e o serviço universal pode não ser cumprido”. Neste contexto, defendeu que é preciso “acautelar os riscos e potenciar as vantagens” do processo de liberalização.

Já o secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, Paulo Campos, referiu que é preciso diferenciar o que é liberalização e privatização, sublinhando que o actual Governo promove a concorrência. Deu como exemplos a energia e as telecomunicações como os sectores onde a liberalização e a consequente concorrência se traduziram “em melhorias para os utilizadores”.

Sobre a liberalização disse ser “um meio para promover a concorrência e melhorar a qualidade dos serviços, mas também comporta um conjunto de riscos, nomeadamente ao nível do emprego”, defendendo, por isso, que “uma empresa como os CTT, eficiente, que presta um bom serviço, sem gorduras”, é a melhor forma de salvaguardar os postos de trabalho.

Menos optimista foi a intervenção do camarada Nuno Freitas, coordenador da Secção do PS/CTT Lisboa, que apontou o “insucesso” de experiências de liberalização, associadas ao pensamento único neoliberal, já levadas a cabo em países como Itália, Alemanha, Reino Unido, entre outros, que levaram à redução drástica de milhares de postos de trabalho, ao aumento da precariedade laboral e à baixa da qualidade dos serviços.

No entanto, Nuno Freitas fez questão de elogiar a “gestão sólida dos CTT apostada na diversidade de negócios e o seu grau de responsabilidade social, como um dos grandes empregadores nacionais”.

Eleições europeias

Escolha de Vital Moreira é aposta na elevação da qualidade política

Uma aposta do PS na elevação da qualidade e do discurso político foi o motivo mais uma vez apontado por José Sócrates para a escolha de Vital Moreira como cabeça-de-lista socialista às europeias de 7 de Junho, eleições que o constitucionalista de Coimbra considerou serem “as mais importantes de sempre” dada a actual situação de crise económica e financeira mundial.

J. C. CASTELO BRANCO

“FOI uma escolha política do PS de aposta na elevação da qualidade política em Portugal”, declarou Sócrates, no dia 21, em Coimbra, discursando na primeira sessão de apresentação pública do candidato socialista às europeias.

“Queremos elevar o debate político para níveis que o nosso país exige, a nossa democracia impõe e que o debate europeu também impõe”, afirmou.

Na sua intervenção, José Sócrates realçou o trabalho de antigos líderes do PS como Mário Soares ou António Guterres no processo de construção europeia – na adesão de Portugal à CEE ou à moeda única –, sublinhando que hoje Portugal está melhor protegido face à actual crise económica por pertencer à União Europeia.

“Todos hoje estamos bem conscientes de que a Europa nos protege

da crise”, frisou o secretário-geral do PS.

Por sua vez, Vital Moreira considerou que “nunca houve eleições europeias tão importantes como estas”, devido à “crise económica e financeira global que põe à prova a vontade e capacidade da União Europeia (UE)” e ainda do “considerável alargamento das atribuições da União e das competências do Parlamento Europeu em especial, por efeito do Tratado de Lisboa”.

E convidou a plateia a imaginar um cenário em que Portugal tinha ficado fora da União Europeia ou que, embora dentro da UE, tinha ficado fora da zona euro.

“Em que situação estaríamos nós, no meio da enorme crise económica e financeira por que passa o mundo?”, questionou, afirmando que, “na pior das hipóteses, poderíamos estar na situação de bancarrota como a



Islândia; na hipótese menos má, poderíamos estar na situação de grave risco cambial e de desastre financeiro, como a Letónia ou a Hungria”.

Vital Moreira referiu que “esta situação hipotética serve para pôr em relevo a importância crucial de pertencermos à União Europeia e à zona euro, como escudo protector contra os piores efeitos da crise”, acrescentando que “quem questionava a integração europeia, seguramente tem hoje menos razões – se alguma – para manter essa posição”.

O número um da lista do PS disse ainda que é preciso que fique bem claro que a nível europeu, as opções

são as mesmas que se colocam a nível nacional. “Quem defende políticas conservadoras ou neoliberais no plano interno só pode ir defender as mesmas orientações a nível europeu. Quem acantona posições radicais e se reduz a estereótipos de protesto no plano interno só pode seguir a mesma linha de actuação no PE”, afirmou.

Na sua intervenção, Vital Moreira denunciou ainda que “há forças políticas interessadas em desvalorizar as eleições europeias e em instrumentalizá-las politicamente, como se de uma primeira volta das eleições nacionais se tratasse”, havendo mesmo partidos, frisou, “que apelam explicitamente à

transformação das eleições europeias num pretensu ‘voto de protesto’ contra o PS e o seu Governo, como se dentro de meses não houvesse as eleições legislativas, para julgar o Governo e as políticas do PS no âmbito interno”.

Por isso, defendeu que é preciso “denunciar e combater essa manobra, não porque o PS e o Governo devam recear o veredicto popular quanto ao pretendido ‘protesto’, mas sim porque ela se traduz numa inaceitável tentativa de mistificação política”, na medida em que, disse, “revela, por parte dessas forças políticas, um evidente propósito de esconder a sua hostilidade à UE ou o vazio de propostas e de orientações políticas na esfera europeia”.

O constitucionalista e membro do Conselho Coordenador das Novas Fronteiras, Gomes Canotilho, a secretária de Estado da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, o presidente da Federação, Vítor Baptista, os deputados à AR eleitos pelo círculo de Coimbra, bem como muitos docentes de diversas faculdades da Universidade de Coimbra e numerosos autarcas socialistas do distrito foram algumas das personalidades presentes na cerimónia de apresentação de Vital Moreira como cabeça-de-lista do PS às eleições europeias.

RESULTADOS FINAIS GLOBAIS PARA A ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DE DELEGADOS AO XVI CONGRESSO DO PS

O “Acção Socialista” publica nesta edição os resultados finais globais para a eleição do secretário-geral e de delegados ao XVI Congresso Nacional do PS, uma vez que no gráfico publicado na página 3 da edição 1322 de 20 de Fevereiro do nosso jornal os resultados referidos correspondiam ao apuramento de 711 das 718 secções de voto, a que correspondiam oito delegados por atribuir de um total de 1730.

Federações	Eleição para Secretário-geral				Eleição de delegados ao Congresso / Moções									
	VOTOS	BRANCOS	NULOS	TOTAL DE VOTANTES	Moção José Sócrates PS- A Força da Mudança (VOTOS)	Moção José Sócrates PS- A Força da Mudança (DELEGADOS)	Moção Fonseca Ferreira Mudar para Mudar (VOTOS)	Moção Fonseca Ferreira Mudar para Mudar (DELEGADOS)	Moção António Brotas Democracia e Socialismo (VOTOS)	Moção António Brotas Democracia e Socialismo (DELEGADOS)	BRANCOS	NULOS	TOTAL DE VOTANTES	TOTAL DE DELEGADOS
AVEIRO	1127	33	9	1169	1129	84	0	0	0	0	28	12	1169	84
BAIXO ALENTEJO	285	7	2	294	288	30	0	0	0	0	5	1	294	30
BRAGA	1499	22	5	1526	1501	158	0	0	0	0	21	3	1525	158
BRAGANÇA	457	10	0	467	468	29	0	0	0	0	0	0	468	29
CASTELO BRANCO	628	3	4	635	624	30	0	0	0	0	8	3	635	30
COIMBRA	1612	62	19	1693	1693	143	0	4	0	0	0	0	1693	147
EVORA	294	3	2	299	281	27	0	0	0	0	11	3	295	27
ALGARVE	654	26	6	686	650	48	23	1	0	0	15	3	691	49
GUARDA	529	22	7	558	514	33	16	1	0	0	18	10	558	34
LEIRIA	618	23	7	648	615	48	0	0	0	0	31	2	648	48
AREA U. LISBOA	5279	146	52	5477	5189	269	97	5	34	1	115	42	5477	275
PORTALEGRE	274	3	0	277	267	28	0	0	0	0	10	0	277	28
PORTO	6286	129	29	6444	6305	267	1	1	0	0	87	40	6433	268
SANTAREM	523	23	7	553	474	50	52	4	0	0	19	9	554	54
SETUBAL	1502	150	42	1694	1503	96	114	4	0	0	42	19	1678	100
VIANA CASTELO	429	10	2	441	409	35	0	0	0	0	0	0	409	35
VILA REAL	761	18	2	781	751	41	0	0	0	0	20	4	775	41
VISEU	981	12	2	995	976	73	0	0	0	0	14	4	994	73
AÇORES	948	13	1	962	948	72	0	0	0	0	14	0	962	72
MADEIRA	293	1	0	294	289	61	0	0	0	0	4	1	294	61
REGIONAL OESTE	177	8	1	186	167	14	7	0	0	0	10	0	184	14
CIRCULO FORA DA EUROPA	136	1	0	137	137	9	0	0	0	0	0	0	137	9
CIRCULO DA EUROPA	226	8	11	245	232	17	0	0	13	1	0	0	245	18
TOTAL	25518	733	210	26461	25410	1662	310	20	47	2	472	156	26395	1684
%	96,44%	2,77%	0,79%	100%	96,27%	98,69%	1,17%	1,19%	0,18%	0,12%	1,79%	0,59%	100%	100%

Não se realizaram eleições em 24 Assembleias de Voto: Açores - 5, Castelo Branco - 4, Coimbra - 5, Europa - 2, Fora da Europa - 1, FAUL - 2, Madeira - 3, Santarem - 1, Vila Real - 1

Sustentabilidade, inovação e inclusão em debate no Fórum Autárquico do PS/Algarve

“POR uma Polis mais Humanista” é o tema geral da 5ª edição do Fórum Autárquico Regional promovido pelo PS/Algarve, que terá lugar no Cinema de Santo António, em Faro, no próximo dia 28. Subdivida em três painéis subordinados aos temas “Sustentabilidade”, “Inovação” e “Inclusão”, da reunião sairá a Carta de Compromisso dos 16 candidatos socialistas às autarquias da região, que serão apresentados publicamente nesse dia.

O primeiro painel a ser tratado no âmbito do Fórum, que segundo o presidente da Federação, Miguel Freitas, constitui um “momento alto da caminhada socialista para o próximo acto eleitoral autárquico”, proporcionará o debate sobre os instrumentos de intervenção no território, que poderão conduzir à construção de um sistema económico, ambiental e social mais justo para as empresas e famílias do Algarve.

O debate terá como oradores o secretário de Estado das Cidades e do Ordenamento, João Ferrão, a eurodeputada JAMILA MADEIRA e dirigentes da Associação Almargem.

No âmbito do segundo painel, subordinado ao tema da Inovação, o director-geral da Cisco em Portugal, Carlos Brazão, o professor João Guerreiro, reitor da Universidade do Algarve, e Arminda Neves, do Plano Tecnológico, serão os oradores do debate sobre questões relacionadas com a Administração e os cidadãos, enquanto no último painel, dedicado à Inclusão, o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, o presidente do Instituto de Segurança Social,



Edmundo Martinho, e o professor Adriano Pimpão, apresentarão comunicações sobre políticas sociais.

Paralelamente, durante a manhã, irá decorrer o Fórum das Freguesias, evento que se realiza pela primeira vez e que terá como convidados o vice-presidente da Anafre, Cândido Moreira, bem como três presidentes de juntas de freguesia localizadas nas áreas do litoral, barrocal e serra do Algarve.

“Vamos dar voz às freguesias, ouvir as suas preocupações e, na carta de compromisso, vamos expressar aquilo que é a sua sensibilidade”, referiu Miguel Freitas.

A reunião prosseguirá durante

a tarde com a realização de um plenário sobre o tema central do fórum autárquico, que contará com a presença da ministra da Saúde, Ana Jorge, do presidente da Câmara de Portimão, Manuel da Luz, do vice-presidente da Câmara de Lisboa, Marcos Perestrello, da presidente do PSOE da Andaluzia, Petrolina Guerrero, e da eurodeputada Edite Estrela.

Site abre novos caminhos à comunicação

Promover o contacto directo com os eleitores e cidadãos em geral é o principal objectivo do novo site do PS/Algarve, lançado, em

Faro, pelo presidente da Federação, Miguel Freitas.

A primeira experiência de interactividade do novo espaço de comunicação, que, segundo frisou Miguel Freitas, visa “dar a conhecer o rosto do partido e dos seus protagonistas” na região, terá também lugar já no próximo dia 28 deste mês, com a transmissão em directo, entre as 10 e as 19 horas, do Fórum Autárquico do PS/Algarve.

Segundo Miguel Freitas, o novo site, que “pretende ter uma identidade forte e dinâmica, era o instrumento de comunicação que faltava ao PS Algarve e constituirá um suporte da “marca” do partido na região, ao disponibilizar informa-

ção completa sobre as actividades de todos os seus órgãos, desde a Federação às comissões políticas concelhias, bem como juntas de freguesia, presidentes das câmaras municipais e parlamentares socialistas.

Durante a apresentação pública do novo espaço, acessível no endereço electrónico www.psalgarve.org, o presidente da Federação considerou que o mesmo surge “em momento oportuno”, pois perfilam-se três actos eleitorais no país que suscitarão o aumento de procura de informação por parte dos eleitores, sendo este site partidário um canal de informação privilegiado.

Para além da informação e divulgação de iniciativas como as da Universidade Meridional e “O PS em Acção”, entre outras actividades desenvolvidas pelo partido, o novo instrumento de comunicação pretende ainda constituir uma referência junto dos órgãos de Comunicação Social e funcionar como um espaço onde os socialistas da região prestarão contas aos eleitores.

“Queremos que este seja também um espaço onde possamos mostrar, de forma transparente, quais são os nossos compromissos com a região e como estamos a cumpri-los, para que os eleitores possam avaliar o nosso trabalho”, frisou Miguel Freitas.

Após o primeiro teste à interactividade no dia 28 de Março, o novo site, que será actualizado permanentemente, dará ainda acesso à televisão digital do site do partido e fará, mensalmente, a transmissão directa de um evento organizado pelo PS/Algarve.

PS abre primeira secção na Venezuela

A IMPLANTAÇÃO do PS no seio das comunidades portuguesas no estrangeiro ganhou um novo impulso com a eleição do primeiro secretário-coordenador da Secção do partido na Venezuela, Luís Jorge, numa sessão realizada em Caracas, que contou com a presença do director do Departamento de Relações Internacionais e de Comunidades, Paulo Pisco, e da deputada Glória Araújo.

Na sessão esteve presente o novo secretário-coordenador da Secção, Luís Jorge, membros do Secretariado e outros militantes, com quem foram abordadas questões sobre a actividade do PS nas comunidades e o contributo que uma estrutura partidária pode dar na defesa dos interesses dos portugueses.

Paulo Pisco sublinhou o facto histórico de o PS, pela primeira vez na sua história,

ter uma secção organizada na Venezuela, com militantes activos e intervenientes e com uma boa capacidade de penetração na sociedade daquele país, o que será um factor determinante para fazer a ligação entre as entidades oficiais e a comunidade.

“O PS quer dizer à nossa comunidade na Venezuela que podem contar connosco, da mesma maneira que sabemos que podemos contar com os portugueses aqui radicados”, afirmou Paulo Pisco.

“Todo o fortalecimento de laços, sejam eles económicos, culturais ou políticos, é um bom contributo para ajudar a comunidade, pois isso significa que se abrem canais de comunicação e de diálogo que são importantes para que haja uma melhor compreensão das necessidades e expectativas de ambos os lados”, disse ainda Paulo Pisco.



Universidade Meridional Regionalização dará novo contexto à intermunicipalidade

AO CRIAR condições para o desenvolvimento de projectos comuns, a regionalização dará novo contexto à intermunicipalidade defendeu, em Faro, Joaquim Morão, presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, durante uma sessão inserida no curso de Política e Administração Autárquica da Universidade Meridional promovida pela Federação do PS/Algarve, em colaboração com a Fundação Res Publica.

O autarca socialista, que abordou o tema “Da liderança política à gestão municipal”, considerou que o actual modelo de intermunicipalidade “não funciona” devido, não só ao espírito de concorrência entre municípios assente nos respectivos compromissos locais, como também à permeabilidade das comissões de coordenação e desenvolvimento regional no que respeita à aprovação de projectos concelhios.

“O problema é que o poder central e as comissões de coordenação não têm capacidade para rejeitar projectos dos municípios, dando origem a uma multiplicação de equipamentos com custos de funcionamento elevadíssimos, alguns dos quais terão de fechar portas quando acabarem os apoios comunitários”, referiu Joaquim Morão, salientando que a regionalização implicará uma competência com funções específicas no que concerne à



distribuição de projectos intermunicipais.

Apontando o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) como um instrumento preparatório para a intermunicipalidade, ao forçar os municípios a candidaturas conjuntas no âmbito das NUTS III, o autarca albacastrense manifestou-se convicto de que o próximo referendo será favorável às regiões administrativas, tendo em conta a necessidade de uma reforma profunda da gestão municipal.

“As pessoas já sentiram que é

preciso mudar alguma coisa, pois o sistema de funcionamento que temos tido até agora está falhado, não resolveu problemas essenciais como a desertificação, o abastecimento de água e o saneamento, apesar de termos gasto milhões de euros”, disse Joaquim Morão.

Considerando que o exercício de liderança política não é decisivo para alcançar a gestão municipal, o autarca socialista destacou o “empenho” como condição prioritária para estar ao serviço da causa pública e do interesse colectivo das populações, tendo

ainda apontado para a necessidade de os partidos se abrirem à sociedade civil, no sentido de recrutar novos valores e dessa forma esbater a “desconfiança” com que os portugueses olham a actividade político-partidária.

“Os partidos precisam urgentemente de novas pessoas tecnicamente capacitadas e quem está nos aparelhos partidários tem de ter a abertura suficiente para recrutar cidadãos com competência reconhecida nas mais diversas áreas de actividade”, frisou, sustentando que o “divórcio” entre partidos

políticos e sociedade civil é um fenómeno concreto que exige uma intervenção “suficientemente forte e marcante para inverter esta tendência”.

Lançando o debate sobre a responsabilidade dos aparelhos partidários na escolha dos candidatos a líderes e gestores autárquicos, quando na balança pesam factores como o mediatismo e a competência técnica, aquele que é considerado um dos autarcas modelo do PS defendeu que na decisão a nota dominante deve ser a de credibilização da política e a defesa do bem comum, pois a “grande mais-valia do poder local continua a ser a proximidade das populações”.

“Essa proximidade que determina decisões mais justas, mais solidárias entre pessoas e territórios é também um dos pilares da democracia”, sublinhou Joaquim Morão, para quem os “bons” líderes políticos e gestores autárquicos devem ser preparados em partidos abertos aos movimentos de cidadãos e investir na sua formação académica e profissional, desenvolvendo assim um quadro de competências pessoais.

A finalizar, o autarca albacastrense defendeu ainda um novo enquadramento para as juntas de freguesia, órgãos que apesar de “imprescindíveis” devem ser reequacionados em matéria de competências.

Seguro fala sobre Ética e Valores na Política

O DEPUTADO António José Seguro foi a Vila Real de Santo António, a convite da Concelhia do PS, falar sobre “Ética e Valores na Política”, no âmbito de um conjunto de iniciativas que aquela estrutura local socialista tem vindo a promover.

Numa sala cheia de militantes e de simpatizantes, entre os quais o presidente da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas, e a coordenadora da Secção local e deputada, Jovita Ladeira, Seguro começou por considerar que a integridade “é um requisito fundamental para o exercício da acção política”, sem a qual, disse ainda, “não é possível interagir com os cidadãos de forma credível”.

Para António José Seguro, a cultura do respeito pela diversidade de ideias entre membros da mesma organização ou de sectores distintos da sociedade, “é outro elemento fundamental para quem se envolve na actividade política”, sendo que as divergências, como defendeu na sua intervenção, “são normais em democracia” e devem ser aceites com tal.

Contudo, as eventuais divergências não devem impedir “que se procure convergir em questões fundamentais”, porque os interesses colectivos “devem ser colocados



sempre acima dos desígnios particulares”.

Outro dos pontos que para o deputado socialista assume um carácter determinante respeita ao facto de que na sua opinião os detentores de cargos públicos “não podem nem devem impor o seu pensamento aos outros”, uma vez que as opiniões contrárias, sublinhou ainda, devem merecer o mesmo grau de credibilidade e por isso serem objecto da mesma análise e de igual atenção.

O casamento homossexual foi outro dos temas abordados pelo deputado António José Seguro tendo defendido, em relação a

esta matéria, a liberdade de voto dos deputados do PS.

A regra actual, lembrou, é a disciplina de voto, quando na sua opinião a norma deveria ser antes a liberdade de voto, excepto, como também defendeu, “em relação aos pontos que fazem parte do programa eleitoral do Partido Socialista e nas questões de governabilidade”.

Fazendo uma comparação com as famílias, Seguro disse que em todas elas existem pessoas com perspectivas diferentes e análises diversas sobre o mesmo assunto, cenário que se repete em inúmeras ocasiões nos partidos políticos. Este facto é, na sua opinião, perfeitamente justificável para que a liberdade de voto fosse aplicada o que levaria, na sua leitura, inevitavelmente a que “o parlamento fosse mais plural e mais representativo da sociedade portuguesa.

Nesta linha de raciocínio, António José Seguro, voltou a defender “um Parlamento mais de deputados e cada vez menos de partidos”, o que deverá traduzir-se, como disse, “num espaço onde todos possam expressar

livremente as suas opiniões”.

Entretanto, o PS de Vila Real de Santo António veio a público repudiar a forma como o actual presidente da autarquia, Luís Gomes, eleito pelo PSD, acaba de anunciar a sua eleição para a presidência da Concelhia local do seu partido, revelando, segundo os socialistas, “absoluto desprezo pelas mais elementares regras de funcionamento dos órgãos institucionais”.

É de lamentar, diz o PS, que o actual presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António se permita anunciar a sua eleição para um órgão partidário, neste caso a Concelhia do PSD, através de um comunicado de Imprensa, “emitido a partir do município e assinado pelo respectivo gabinete de apoio ao presidente”, comunicado esse, garantem os socialistas, “em tudo semelhante às notas de Imprensa divulgadas dando conta das actividades dos municípios”.

Perante este quadro, o PS de Vila Real de Santo António, entende que este “é um exemplo acabado” do que é a utilização abusiva dos recursos públicos em “proveito de um partido, neste caso o PSD”, constituindo, por isso, “uma situação grave, do ponto de vista institucional”. R.S.A.

Ascenso Simões, secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas

“Um novo tempo para a floresta”

A floresta portuguesa, os seus produtos e serviços valem 3% do PIB nacional, 11% do PIB industrial e 12% das nossas exportações, empregando directamente mais de 260 mil pessoas.

No último ano, as políticas florestais registaram uma evolução assinalável, contribuindo de forma ímpar para a economia portuguesa, a sustentabilidade do território nacional e o desenvolvimento rural.

Estes avanços não se confirmam apenas através do aumento de valor das grandes áreas de negócio – fileiras silvo-industriais do pinho, eucalipto e cortiça –, mas também se comprovam nos diversos produtos não lenhosos, como sejam a caça e pesca nas águas interiores, o mel, as plantas aromáticas e condimentares, os cogumelos, o pinhão, o medronho, a castanha, o pastoreio, as actividades de turismo e lazer. Por outro lado, têm vindo a ser internalizados novos serviços ambientais, tais como a protecção do solo e dos recursos hídricos, a protecção da paisagem rural e da biodiversidade e o sequestro do carbono.

Tendo em atenção o trabalho desenvolvido pelo Governo na área das florestas, o “Acção Socialista” foi ouvir Ascenso Simões, secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas.

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) foram anunciadas pelo Governo, nos dois últimos anos, como a prioridade para a organização e gestão da pequena propriedade florestal, qual o balanço que faz?

As Zonas de Intervenção Florestal são uma aposta deste Governo para ultrapassar constrangimentos graves nos espaços florestais portugueses, em especial aqueles relacionados com a dimensão da propriedade.

Os proprietários e produtores florestais, e as suas associações, entenderam bem a aposta e a oportunidade criada e aderiram em massa ao processo de criação de ZIF.

Até ao momento foram criadas 54 ZIF, que envolvem até agora cerca de 300.801,40 hectares e várias dezenas de milhares de proprietários.

O Governo aprovou também uma alteração significativa ao regime jurídico das ZIF, com vista à simplificação dos procedimentos de criação e funcionamento das ZIF e ao alargamento das competências das entidades gestoras, tornando-as mais fortes e transparentes e permitindo ainda a gestão integral do território abrangido nas suas componentes agro-silvo-pastoris.

Quais os apoios, ao nível do investimento, previstos para estas iniciativas e quais as principais vantagens comparativamente com os apoios à gestão individual?

As ZIF foram assumidas como um compromisso fundamental deste Governo, o que se traduz igualmente ao nível das vantagens competitivas que este modelo de gestão territorial observa nos diferentes instrumentos de apoio financeiro ao sector.

Assim, o Programa de Desenvolvimento Rural (Proder) assume uma comparticipação de apoio maior, em mais 10% de comparticipação para as candidaturas das ZIF. Por outro lado, o Fundo Florestal apoia a constituição e instalação das ZIF's. Em 2008 foram mais de três milhões de euros.

O Governo alterou, recentemente, o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Quais foram as mais significativas?

Resumidamente, as alterações mais significativas foram a definição de um nível de planeamento e coordenação distrital, o alargamento do âmbito de intervenção das Comissões de Defesa da Floresta, o enquadramento operacional do Dispositivo Integrado de Prevenção Estrutural, a clarificação de competências no estabelecimento de servidões administrativas, as relativas à Rede Nacional de Postos de Vigia, a clarificação das restrições impostas à edificação em espaço rural, a clarificação das regras relativas ao uso do fogo e responsabilização dos agentes e a referência à recuperação de áreas ardidas. Entre 2006 e 2008 fizemos uma reforma profunda no âmbito da vigilância e do combate a incêndios florestais e queremos concluir a reforma global do sistema com mais rapidez, dando uma nova dimensão à prevenção estrutural.

Foi recentemente anunciada a revisão do regime florestal. Quais os objectivos que se pretendem alcançar com esta alteração?

Olhando para a realidade concreta da nossa floresta e a necessidade de a adequar à realidade democrática e à gestão moderna, o Governo vai rever o Regime Florestal que



data de 1901, 1903 e 1905.

A revisão do Regime Florestal tem, assim, como objectivo fundamental garantir a manutenção dos critérios de salvaguarda, de boa gestão, de garantia do interesse público, de valorização da gestão comunitária e de participação dos cidadãos na gestão e intervenção florestais, desaparecendo formas de olhar a floresta muito “reaccionárias”.

Esta revisão tem por finalidade ser o mais abrangente possível, envolvendo todo o sector florestal, tornando-o forte e duradouro do ponto de vista florestal, social, económico e ambiental. Não nos conformamos com o facto de termos um enquadramento jurídico que não corresponde às dinâmicas económicas de hoje. É preciso que o sector seja mais competitivo.

Tendo em consideração que a floresta portuguesa é predominantemente privada, qual a importância que atribui às organizações de proprietários florestais na execução da política florestal nacional?

As Organizações de Proprietários Florestais (OPF) são um parceiro fundamental na implementação de uma política florestal num universo onde predomina largamente a propriedade privada e, em larga medida, propriedade de reduzida dimensão, com reduzido capital técnico associado e com baixa capacidade de investimento.

Neste cenário, as OPF são um interlocutor privilegiado no desenvolvimento e implementação de medidas para o sector.

Pela primeira vez vamos ter uma estrutura de estratificação das OPF que permita que ganhem massa crítica e que sejam parceiros no âmbito da promoção do inter-profissionalismo florestal.

Considera as iniciativas para a Certificação da Gestão Florestal Sustentável como ferramentas úteis para a melhoria da gestão das nossas florestas?

A certificação da gestão florestal sustentável é um processo e um instrumento fundamental para o sector florestal nacional poder acompanhar as exigências dos mercados interna-

cionais, criando mais valias competitivas para os seus produtos.

A certificação da gestão florestal sustentável, seja na sua vertente mais associada à produção de madeira, seja na sua vertente mais ajustada a sistemas multifuncionais e com uma forte componente de promoção dos produtos, merece todo o apoio por parte do Governo, sendo estimulada junto dos parceiros do sector.

As fileiras mais dinâmicas estão a obrigar a uma velocidade maior no âmbito dessa certificação. As ZIF's nasceram também para isso e temos mais apoios financeiros, ao mesmo tempo que valorizamos essa componente no âmbito do novo Código Florestal.

O Cadastro vai ou não ser iniciado em 2009?

Claro que sim. É uma aposta conjunta dos ministérios do Ambiente e da Agricultura. Já estão em concurso mais de 50 milhões de euros de investimento e temos a sorte de termos as primeiras áreas de trabalho no âmbito da floresta.

O senhor secretário de Estado disse há uns dias que as exportações de produtos florestais valem mais do que as da Autoeuropa e da Qimonda juntas. Isso é mesmo assim?

Parece incrível não é? É mesmo assim, a floresta portuguesa, os seus produtos e serviços valem 3% do PIB português, valem 11% do PIB industrial e valem 12% das nossas exportações. Para além disso, o universo florestal emprega mais de 260 mil pessoas directamente. Neste momento estão a ser investidos nas fileiras florestais mais de dois mil milhões de euros e em tempo de crise. Para lhe dar uma imagem de um recurso da floresta, sempre lhe direi que o sector da caça vale mais, anualmente, do que o orçamento global do campeonato da I Liga de Futebol. E sem o mesmo impacto mediático.

Por falar em caça, qual o balanço da época venatória 2008/9.

Considero que o balanço é bastante positivo. Devo começar por realçar a boa relação que temos tido com as estruturas do sector,

o facto de o Calendário Venatório ter sido aprovado ainda em Abril, contrariando um hábito antigo e permitindo que os caçadores possam planear a época com tempo.

No entanto, numa óptica de constante aperfeiçoamento, os problemas com o calendário venatório verificados nesta época relativamente a algumas espécies deverão ser rectificadas na época 2009/2010.

Mas, mais importante que isso, noto que esta foi uma época venatória marcada pela introdução do Simplex nos procedimentos da caça, através da possibilidade de obtenção das licenças de caça no sistema multibanco e pela valorização das OSC que passaram a ter um enquadramento legal que sempre reclamaram. Mais de 150 mil caçadores podem ir a qualquer caixa multibanco e obter a sua licença no momento – é uma grande alteração...

Qual a política governamental para o sector? Haverá alterações legislativas de peso a curto prazo?

A política do Governo para o sector passa pela valorização da actividade cinegética e pelo reforço da participação das organizações do sector da caça no processo, reforçando a autonomia e a capacidade de auto-regulação.

Por este Governo valorizar as organizações do sector da caça e saber que isto se faz em parceria com os caçadores, foi já publicada uma portaria que regula as OSC e estabelece regras claras quanto à forma de o Estado as apoiar. Por outro lado, este ano vamos ter uma nova Lei da Caça. Mais simples, com menos “papéis” e mais enquadramento institucional. O país está praticamente ordenado e esta nova situação obriga a novas respostas.

Uma matéria que preocupa o país é a referente ao nemátodo da madeira do pinheiro. Qual o cenário actual da dispersão do nemátodo da madeira do pinheiro?

O intensivo processo de monitorização e prospecção do pinhal português levado a cabo pela AFN permitiu estabelecer um quadro muito detalhado da realidade do território no que respeita à dispersão do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP).

Quais as principais medidas no combate ao NMP?

Desde Outubro de 2008, e no âmbito do Programa de Acção Nacional para Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro foram desenvolvidas acções que permitiram a consolidação da estrutura da AFN, com a criação do Corpo Nacional de Inspectores de Sanidade Florestal, o reforço da investigação, o aprofundamento da relação com a Comissão Europeia, tendo sido identificada a necessidade de um debate profundo no sentido de

tas
a”

Jovita Ladeira é aposta socialista para Vila Real de Santo António

avaliar a doença numa perspectiva do espaço comum e o reforço do envolvimento dos agentes do sector florestal, fazendo participar de forma directa o Conselho Consultivo para a Fitossanidade Florestal.

Está a ser levada a cabo, neste momento, a erradicação de todas as árvores sintomáticas nos novos focos, em articulação com as OPF locais, tendo sido celebrados, em Dezembro, 38 protocolos de colaboração num valor superior a 6,4 milhões de euros. Os trabalhos de erradicação tiveram início a 13 de Fevereiro de 2009 enquadrando todos os pontos positivos identificados na campanha de 2008 e 2009 bem como todas as árvores com sintomas de declínio nas áreas de intervenção. Encontram-se marcadas mais de 40 mil árvores para abate, essencialmente na região Norte e Centro, prevendo-se que esta operação se encontre concluída no final de Março.

Considera que está posta em causa a sustentabilidade da fileira de pinho a médio longo prazo?

O Governo, consciente da forte componente social, económica e ecológica da fileira do pinho, apoiou um estudo da AIMMP que vai permitir perspectivar o sector a 20 anos, em termos das suas necessidades de matéria prima e da urgência da sua modernização e requalificação.

A fileira do pinho é uma fileira forte e com uma resiliência assinalável. Soube, desde sempre, responder aos desafios do mercado através do desenvolvimento de novos produtos, soube recuperar a sua capacidade produtiva mesmo após incêndios consecutivos que ameaçavam a sua existência, e saberá mais uma vez adaptar-se a este novo agente da mesma forma que se adaptaram os povoamentos de coníferas da América do Norte e da Ásia.

Portugal é o país líder, ao nível global, no sector da cortiça. Assistimos, neste momento, a alguns problemas no sector. Que medidas estão em preparação?

Portugal é líder ao nível da cortiça. Continuará a ser. O Governo criou, recentemente, em Portel, o Centro de Valorização dos Montados que vai integrar todas as políticas para o sector. Vai apoiar ainda o Observatório da Cortiça em Coruche e já apresentou o estudo sanitário do montado de sobro. Neste momento estão abertas candidaturas, algumas delas com apoios financeiros muito generosos, que visam controlar os problemas sanitários no montado. Por outro lado, muitos dos investimentos, no universo da competitividade, são apresentados por proprietários nessa mesma fileira. Com problemas, alguns deles a obrigarem a intervenção imediata, mas esta fileira é sustentável e tem futuro.

A CAMARADA Jovita Ladeira apresentou, no dia 21 de Março, a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

A candidatura avança após ter merecido a aprovação unânime e por aclamação dos órgãos da Concelhia socialista local e posterior ratificação da Federação do Algarve.

Manifestando-se satisfeita pela honra e pela expressão de apoio recebida, a candidata garante que assume desde já “o compromisso de lutar para que Vila Real de Santo António imprima uma atitude dinamizadora do sotavento algarvio e implemente um conjunto alargado de parcerias com os seus vizinhos espanhóis”.

Para isso, defende, será preciso assinar um contrato com os cidadãos eleitores que terá como eixos de acção executiva o combate ao



desemprego, a concretização de políticas sociais e educativas, uma gestão criteriosa dos recursos fi-

nanceiros da autarquia e medidas ambientalistas.

Jovita Ladeira tem 52 anos, é

docente de profissão e deputada na Assembleia da República eleita pelo círculo eleitoral do Algarve. M.R.

Joaquim Viana vai mudar Terras de Bouro

“CHEGOU a hora de construirmos um rumo de desenvolvimento para o nosso concelho”, afirmou o candidato do PS à presidência da Câmara de Terras de Bouro, Joaquim Cracel Viana, garantindo que “vamos mudar a forma de gerir e governar o nosso concelho, que vem, ano após ano, a afundar-se em graves problemas, como a desertificação, a fuga dos jovens, o abandono dos agentes económicos, dos agricultores e de muitas instituições e associações, entre outros”.

Falando na sessão de apresentação

da sua candidatura, Joaquim Cracel Viana prometeu que se empenhará durante os quatro anos de mandato “na resolução dos problemas, e não adiar para perto das eleições uma aparente preocupação pelos problemas, sem nunca os resolver”.

Afirmado acreditar nas “potencialidades” do concelho, o candidato socialista afirmou sentir-se preparado para o cargo, já que, frisou, “tenho experiência como vereador e conheço os problemas do meu concelho” e, por isso, “sinto que posso contribuir decisivamente



para melhorar as condições de vida de todos os terrabourenses”.

Por sua vez, o presidente da Concelhia do PS de Terras do Bouro, Guilherme Alves, disse acreditar

que “esta candidatura, com estratégia, com determinação, com trabalho e com coragem, reúne todas as condições” para conquistar o município. J. C. C. B.

Rui Santos é o candidato certo para Vila Real

A COMISSÃO Política Concelhia de Vila Real escolheu Rui Santos para candidato à presidência da Câmara Municipal.

Aos 40 anos de idade, Rui Santos é, nas palavras dos socialistas vila-realenses, “um camarada que personifica a juventude, mudança e desenvolvimento”, possuidor de uma “ampla experiência de vida e política”, aspectos que fazem dele “o homem certo para a missão de



ganhar a Câmara Municipal ao fim de 33 anos de poder PSD”.

Rui Santos é engenheiro, com pós-graduação em Gestão. À medida que evoluía nos seus estudos, deixou também a sua marca no movimento associativo estudantil, tendo sido eleito presidente da Direcção da Associação Académica da UTAD entre 1993 e 1994 e desempenhando funções enquanto membro da Assembleia e do Se-

nado desta instituição de ensino superior.

Iniciou a actividade política activa na comissão de apoio à primeira candidatura de Mário Soares à Presidência da República.

Actualmente integra a Comissão Nacional do PS, é presidente da Federação do PS de Vila Real e coordenador do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Vila Real. M.R.

Arnaldo Frade candidato à Câmara de Santiago do Cacém



A COMISSÃO Política Concelhia de Santiago do Cacém deliberou por unanimidade apresentar Arnaldo Frade como o candidato do PS à Câmara Municipal local.

Arnaldo Frade, de 44 anos, é natural de Santiago do Cacém e

residente no concelho. Licenciado em Direito, possui ainda uma pós-graduação em Direito das Autarquias Locais. É actualmente subdelegado regional do Alentejo no Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Tem experiência autárquica, sendo de destacar um mandato como presidente da Junta de Freguesia de Ermidas-Sado.

Actualmente, é membro do Conselho Geral da Anafre Associação Nacional de Freguesias.

OPINIÃO

MIGUEL LARANJEIRO
Deputado do PS

Ao escolher o distrito de Braga como local de realização das Jornadas, o Grupo Parlamentar socialista demonstra um interesse e uma particular atenção com uma região importante do nosso país

JORNADAS PARLAMENTARES EM GUIMARÃES

O GRUPO Parlamentar do Partido Socialista vai realizar as suas Jornadas nos dias 30 e 31 de Março e 1 de Abril, em Guimarães (Centro Cultural Vila Flor), sobre o tema central das questões sociais.

Ao escolher o distrito de Braga como local de realização das Jornadas, o Grupo Parlamentar socialista demonstra um interesse e uma particular atenção com uma região importante do nosso país. Um distrito que vive as dificuldades próprias de uma zona industrializada, fruto da crise internacional, mas que tem factores potenciadores de sucesso no futuro. Entre esses factores lembro a forte capacidade empreendedora, que se traduz no número de empresas constituídas e uma população jovem que assume o risco e os desafios essenciais num mundo cada vez mais complexo e exigente. Um distrito que agrega instituições de ensino superior, como a Universidade do Minho, que desenvolve um trabalho qualificado e rigoroso de investigação, capaz de contribuir para um desenvolvimento sustentado. Um distrito onde os autarcas socialistas têm sabido promover o desenvolvimento dos seus concelhos, sempre com uma matriz de preocupação social. Enfim, um distrito com uma forte identidade cultural e patrimonial.

As Jornadas Parlamentares são assim um momento privilegiado de proximidade com a realidade do distrito pelo que serão promovidas visitas a todos os concelhos do distrito de Braga, num contacto com empresas, instituições, IPSS, centros tecnológicos, entre outras entidades relevantes para o desenvolvimento da região.

É nesta perspectiva que serão promovidos diversos encontros temáticos, dos quais destacamos: Inovação e tecnologia para o desenvolvimento económico sustentável (Universidade do Minho – Azurém – Guimarães); Cooperação regional e inovação nos sectores tradicionais (Citeve – V.N. Famalicão); Competitividade e tradição (Barcelos); Desenvolvimento em meio rural (Cabeceiras de Basto); Artesanato e Turismo em espaço rural (Póvoa de Lanhoso). O debate com os agentes locais é fundamental para a acção política do parlamento nacional e é com a melhor expectativa que promovemos estas iniciativas.

Salientamos ainda um debate com jovens sobre novas formas de participação cívica e política, que terá lugar no Centro de Artes e Espectáculos São Mamede – Guimarães. A participação de todos os cidadãos deve ser uma preocupação constante de todos os agentes políticos e o Partido Socialista tem uma história que o honra nessa matéria.

As Jornadas, ao abordar questões essenciais para a vida dos cidadãos do distrito de Braga, serão um momento importante de reflexão sobre as posturas do presente com vista à construção de um futuro de progresso e de desenvolvimento económico e social.

Quando se trata da defesa dos interesses das populações o Partido Socialista faz parte da solução, procurando as melhores soluções para o momento em concreto. Com a realização das Jornadas, os deputados socialistas do distrito pretendem que este seja um momento de reafirmação do projecto do PS no sentido do desenvolvimento económico e social das populações.

Segurança Social

Lançada estratégia nacional para a integração dos sem-abrigo

UM CONJUNTO de entidades públicas e instituições privadas assinaram a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, um plano do Governo criado para que ninguém tenha de permanecer na rua por falta de alternativas. Organizada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, esta iniciativa, orçada em 75 milhões de euros, vai permitir a coordenação de todos os recursos disponíveis e apostar nas áreas da prevenção, intervenção e acompanhamento.

Durante a apresentação da Estratégia Nacional, que decorreu no dia 14, em Lisboa, com a presença de representantes de várias instituições ligadas a esta realidade, o ministro Vieira da Silva defendeu que o acesso dos sem-abrigo às prestações sociais deve constituir uma prioridade, sem contudo escamotear a existência de que há “dificuldades” de acesso a essas prestações, garantidas por lei, a quem mais delas necessitam, e que tem a sua “expressão máxima” nos sem-abrigo.

Outra aposta da Estratégia Nacional passa por haver um compromisso das instituições que trabalham no terreno, para que se possa agir nas primeiras 24 horas



na detecção de uma situação de sem-abrigo, dando-lhe “habitação condigna”.

“Por contraposição com a resposta tradicional de emergência de fornecer refeições, alojamentos temporários e cuidar do bem-estar das pessoas, é tentar encontrar uma resposta mais estrutural com o compromisso da pessoa”, explicou Vieira da Silva.

Para isso, anunciou, vão ser criadas as residências necessárias para atingir o objectivo de dar “uma resposta rápida a todos aqueles que estão numa situação de sem-abrigo”.

O ministro sublinhou o facto de, pela primeira vez,

existir um “comprometimento muito alargado, quase total, de todas as instituições que têm responsabilidade na resposta aos problemas dos sem-abrigo”.

Esta estratégia, adiantou ainda Vieira da Silva, tem vários agentes e cada um contribui com o seu volume de recursos”, explicando que para muitas instituições a questão não passa pelo reforço de meios, mas sim pela eficácia da resposta em áreas como a saúde e a toxicodpendência.

Por outro lado, o governante fez questão de salientar que não foi a existência da actual crise que levou à im-

plementação deste plano.

“Não é por haver crise que existe o fenómeno dos sem-abrigo”, sustentou, acrescentando: “Não posso afirmar que as dificuldades com que hoje nos defrontamos sejam completamente independentes do crescimento dos fenómenos de exclusão social”, mas não está provado que tenham uma “tradução directa no fenómeno dos sem-abrigo”.

No entanto, sublinhou, face “às dificuldades sociais que o país está a atravessar poderá servir para impedir que as pessoas que passam por estas dificuldades cheguem a estas situações”.

Bombeiros com mais 45 postos de emergência médica

A MINISTRA da Saúde, Ana Jorge, presidiu na Torre de Belém, em Lisboa, à cerimónia da entrega de 45 novos postos de emergência médica a vários corpos de bombeiros.

Presentes, para além da titular da pasta, o secretário de Estado da Saúde, Manuel Pizarro, o presidente da Autoridade Nacional para a Protecção Civil, Arnaldo Cruz, o presidente do Conselho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, Duarte Caldeira e ainda o vice-presidente da Associação Nacional de Municípios.

Na ocasião, Ana Jorge frisou que com a entrega destas unidades móveis equipadas com material de suporte básico de vida, “prosegue o esforço de renovação do equipamento do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)”, disponibilizado, como disse, “junto das cooperações de bombeiros que se constituem como postos de emergência médica”.

Depois de garantir que o seu Ministério “valoriza muito este investimento, em favor das populações e da

qualidade do socorro pré-hospitalar, a ministra da Saúde lembrou que esta renovação perfaz um caminho fundamental para garantir a “qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Integrado de Emergência Médica”, coordenado pelo INEM que o gere, como recordou, em “estreita cooperação” com diversas instituições, designadamente com as cooperações de bombeiros.

Depois de adiantar que em 2008 foram adquiridas pelo INEM um total de 110 ambulâncias, “para substituir veículos dos postos de emergência médica que estavam manifestamente envelhecidos”, Ana Jorge sublinhou que esta renovação de equipamentos custou cerca de 6,5 milhões de euros, num esforço que, disse, “não findou por aqui”, garantindo que já está a decorrer um outro concurso para a “aquisição de mais 60 ambulâncias” destinadas à renovação de postos de emergência médica ou à criação de novos postos.

Por outro lado, anunciou ainda que

está igualmente a decorrer um concurso internacional para a contratação de mais três novos helicópteros, aparelhos que serão sobretudo postos ao serviço de regiões que Ana Jorge considerou como “zonas particularmente distantes”, como são os casos de Trás-os-Montes, Beira Interior ou o Alentejo.

Saúde com saldo positivo

Entretanto, a Direcção-Geral do Orçamento (DGO) revelou, no seu último boletim informativo, que a execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (SNS) apresenta um saldo de 47,7 milhões de euros, no período entre Janeiro e Dezembro de 2008.

O relatório elaborado pela Administração Central do Sistema de Saúde, indica ainda que a informação referente ao último mês do ano passado, é provisória, uma vez que, como recorda, as instituições do sector público administrativo “ainda não encerraram as suas contas”. **R.S.A**

Maria de Lurdes Castanheira candidata a Góis

FOI num megajantar em que o ambiente era de grande entusiasmo e alegria que decorreu a apresentação da candidata socialista à Câmara Municipal de Góis.

Perante uma vasta plateia que encheu por completo o pavilhão gimnodesportivo de Vila Nova de Ceira, Maria de Lurdes Castanheira começou por agradecer o apoio recebido, sublinhando que a grande manifestação reflectida no megajantar é a prova de que os goienses “sabem o que querem para o futuro do seu concelho”.

Assumindo ser uma pessoa de convicções, a candidata socialista garantiu ser “fiel aos princípios e valores em que acredita”, para lembrar mais à frente que com a sua candidatura o PS “está disponível para trabalhar com todos” no sentido, como acentuou, “de construir um futuro melhor, com mais qualidade de vida para todos os cidadãos”, especialmente em relação “aos mais desfavorecidos”.

Maria de Lurdes Castanheira referiu também ser esta “uma candidatura abrangente”, onde podem caber todos quantos gostam de Góis, uma candidatura, disse ainda, que não vai descurar áreas tão importantes para a



qualidade de vida dos cidadãos como o sector social, já que na sua óptica, “não há crescimento sem desenvolvimento e sem o envolvimento das pessoas”. Pelo que, na sua perspectiva, urge tornar o concelho de Góis “num território mais inclusivo, onde todos sintam orgulho em pertencer”.

Terminou, apelando à mobilização de todos em torno do projecto que defende, referindo que a presença massiva de militantes e simpatizantes neste jantar “significa mais responsabilidade e um compromisso mais firme perante as tarefas que se nos deparam

na modernização e no progresso do concelho de Góis”.

Presentes neste encontro estiveram, para além do presidente da comissão de honra, Carlos Poiães, e José Carvalho, presidente da Assembleia Municipal de Góis, o presidente da Federação de Coimbra do PS, Vítor Baptista, que não poupou elogios à candidata socialista, referindo, designadamente, ser Maria de Lurdes Castanheira a pessoa mais indicada e aquela que “reúne as melhores qualidades para defender os interesses do PS e do concelho de Góis”. **R.S.A.**

Nuno Neto candidato a Mação

UM NOVO programa de governação, “assente num desenvolvimento económico sustentado e com mais e melhor desenvolvimento social”, norteia o projecto autárquico do candidato do PS à Câmara de Mação.

Nuno Neto, economista de 49 anos, analisa a sua terra como um concelho “desertificado e deprimido em termos económicos e sociais, falho de dinâmica, de iniciativa, de ambição e coesão interna”.

“Promete-se desenvolvimento para o concelho, mas quase se contam pelos dedos das mãos as novas empresas que vão surgindo. Constroem-se piscinas e auditórios, mas não se cuida de assegurar



que, daqui a alguns anos, haja gente suficiente para utilizar tais equipamentos”, critica, explicando

de seguida que face a esta situação entendeu “que tinha o dever e a responsabilidade de dar a cara” pelas suas ideias, pelas convicções e de as submeter ao sufrágio dos eleitores.

Em declarações à Comunicação Social, o camarada Nuno Neto afirmou que vai apresentar um “novo programa de governação, com novas políticas, novas ideias, novos projectos e uma nova atitude”.

Nuno Neto, líder da Concelhia local desde 2006, importa para esta campanha o lema “A sorte protege os audazes” do Regimento de Comandos, no qual cumpriu o serviço militar e manifesta-se convicto de conquistar Mação. **M.R.**

Jorge Miranda avança por Caminha

A CONCELHIA socialista de Caminha anunciou, no passado dia 15, que o candidato do partido à Câmara local será o jovem vereador e presidente da estrutura, camarada Jorge Miranda.

Natural de Vilarelho e licenciado em Engenharia, Jorge Miranda é apresentado no blogue do PS/Caminha (pscaminha.blogs.sapo.pt) como “o candidato ideal para derrubar o imobilismo e a incompetência da equipa do PSD”.

“É necessária a mudança, porque não me revejo, em nada, na actual gestão camarária”, refere o candidato



socialista neste espaço, onde também defende que o PS tem de “tomar conta da Câmara” devido à “degradação” da vida social concelhia.

Jorge Miranda aposta na “mudança de ciclo e de estilo de gestão política no município de Caminha”, comprometendo-se, para isso, a implementar uma prática política “assente na proximidade com as populações, na aposta na juventude, na valorização das potencialidades das freguesias, no desenvolvimento económico e cultural e sobretudo na confiança nos agentes políticos”. **M.R.**

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL
FERREIRA
S. João da Madeira

Portugal é o país da Europa Ocidental onde se vendem proporcionalmente mais portáteis

O ANTES E O DEPOIS DO PLANO TECNOLÓGICO!

TODOS nos lembraremos daquilo que se dizia quando o actual Governo lançou o Plano Tecnológico (PT). A oposição, “escaldada” com a miragem do “choque fiscal”, considerou que estávamos perante algo sem qualquer significado nem relevância e que o país, com ou sem Plano Tecnológico, ficaria exactamente na mesma. Por outras palavras, dizia a oposição que o PT não iria ter qualquer impacto na situação do país em termos de Inovação, Tecnologia e Conhecimento, os três pilares estruturais do PT.

Contudo, nesta recta final de legislatura, já é possível ver alguns impactos do PT. Não estou a falar de opiniões subjectivas! Estou a falar de factos reais, de números concretos e objectivos, de informação transparente e independente que nos mostram que, a mobilização da sociedade portuguesa em torno da agenda do Plano Tecnológico, deu já os seus frutos. Vejamos apenas alguns exemplos.

É um facto que, segundo os dados reportados pelo Bando de Portugal, o nosso país apresentou em 2007, pela 1ª vez, um saldo positivo na sua balança tecnológica. Mas porque não estamos perante apenas um facto isolado, em 2008 esse saldo voltou a ser positivo. Isto quer dizer que Portugal, de forma sustentada, continuou a exportar mais do que a importar no sector tecnológico.

É também um facto que, segundo o relatório anual elaborado pela Comissão Europeia sobre o estado da Inovação nos países da UE27 (European Innovation Scoreboard), Portugal subiu em 2008 de divisão passando a integrar o grupo de países moderadamente inovadores. Entre 2005 e 2008, Portugal foi mesmo o 5º país da UE27 com maior progresso relativo em matéria de Inovação.

Igualmente facto é sabermos que, segundo o EUROSTAT, entre 2005 e 2007, Portugal foi o país da Europa que apresentou o maior crescimento na despesa com Investigação e Desenvolvimento (I&D), crescimento este verificado sobretudo nas empresas cujo volume de despesa ultrapassou, pela 1ª vez, o total de despesas em I&D nas restantes instituições.

Outro facto reportado desta vez pela IDC, foi o mercado português de computadores pessoais ter apresentado a maior subida da Europa Ocidental em 2008. Por outro lado, também em 2008, foram vendidos 1,33 milhões de portáteis, correspondendo a 81% do total de PC's vendidos, uma taxa que coloca Portugal como o país da Europa Ocidental onde se vendem proporcionalmente mais portáteis. Só em 2008 o mercado dos portáteis em Portugal cresceu 85,6% face a 2007. A mesma consultora, ao identificar os principais factores impulsionadores da procura de PC's portáteis pelo mercado doméstico e pelas empresas portuguesas, aponta o dedo aos programas e-escola e e-escolinha, iniciativas inseridas, precisamente, no Plano Tecnológico.

Novo facto, agora apresentado pelo INE, dá conta que a percentagem de agregados familiares com acesso à banda larga mais do que triplicou entre 2004 e 2008, situando-se agora nos 39,3%. Por outro lado, segundo a Anacom, a estimativa para o nº de clientes de banda larga móvel por 100 habitantes para o 2º trimestre de 2006 (1ª vez que foi realizada) era de 1,6%. No final do 4º trimestre de 2008, esse valor, agora real, está nos 22,4%.

Um último facto, apenas. Segundo o Banco Mundial (BM), em 2005 eram necessários 78 dias para constituir uma empresa. Agora, em 2008, considerando a metodologia do BM, esse tempo médio foi reduzido para seis dias, sendo também verdade que já é possível criar empresas em Portugal em menos de uma hora. Até Dezembro de 2008, tinham sido criadas mais de 64 mil “empresas na hora”.

Podia continuar com mais exemplos, mas julgo que os que acabei de referir são totalmente esclarecedores. O país, embora vivendo também uma crise que assolou o mundo inteiro, está diferente, mais competitivo e com mais pujança e músculo para a nova fase pós-crise. E para essa diferença o Plano Tecnológico deu, inquestionavelmente, um contributo decisivo. Quando se fizer a história deste período notar-se-á, certamente, o antes e o depois do Plano Tecnológico!

PS CANDIDATA FERNANDO MANO À CÂMARA DE FRONTEIRA

A CONCELHIA socialista de Fronteira escolheu, por unanimidade, o camarada Fernando Mano para encabeçar a lista de candidatos à autarquia local nas eleições deste ano.

Para Fernando Mano, o desafio de conquistar Fronteira é a única resposta à “necessidade imperativa de mudança para fazer melhor pelos munícipes”.

Prevendo para breve a apresentação do seu Programa Eleitoral, Mano adianta que antes ouvirá as populações das diferentes freguesias, por forma a fazer um diagnóstico mais apurado dos problemas.

O engenheiro zootécnico Fernando Alves Marques Mano tem 47 anos e exerce desde de 2007 o cargo de delegado da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Península de Setúbal.

O candidato desempenhou também o cargo de presidente da mesa da Assembleia da Secção do PS da Almirante Reis, em Lisboa, durante os anos de 2006 e 2007.

Em declarações ao “Acção Socialista”, o presidente da Concelhia do PS de Fronteira destacou a experiência como autarca na Assembleia Municipal local, onde, disse, foi um membro “interveniente e activo”.

“Ligado a Fronteira por laços familiares, Fernando Mano é reconhecido por estar muito ligado à vida do concelho”, referiu José Joaquim Pinheiro. **M.R.**



Miguel Ginestal decidido a ganhar a autarquia de Viseu



O DEPUTADO e vereador Miguel Ginestal foi o nome escolhido pelo Partido Socialista para encabeçar a candidatura do partido à Câmara Municipal de Viseu nas próximas eleições autárquicas.

Uma candidatura que nas palavras do próprio dirigente socialista servirá, antes de mais, “para pôr fim à maioria estafada do PSD” e a uma gestão liderada por Fernando Ruas, “sem soluções” para as necessidades de um concelho como Viseu.

Por sua vez, o presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Viseu, João Paulo Rebelo, disse acreditar numa vitória do nosso partido, sublinhando que a “arrogância e a prepotência” de quem tem governado o concelho, “tem os dias contados” e que o município quer agora gente “com novas ideias”.

Segundo o líder do PS/Viseu, o resultado das autárquicas de 2005, em que os socialistas cresceram

cerca de mil votos, conseguindo mais um vereador e mais dois deputados para a Assembleia Municipal, “constitui um bom princípio para o sucesso nas próximas eleições”.

Para a João Paulo Rebelo, Miguel Ginestal alia as qualidades humanas e políticas “à vontade, determinação, afabilidade, dedicação e trabalho ao serviço dos viseenses”, com resultados muito positivos nos últimos quatro anos, enquanto vereador em Viseu.

O candidato socialista, segundo o líder da Concelhia do PS/Viseu, protagonizou um papel “notável e de grande qualidade” quer em termos de propostas, quer na marcação da agenda política do concelho.

Por tudo isto, João Paulo Rebelo tem a certeza de que o candidato escolhido é a aposta certa para “mobilizar e motivar” a grande maioria dos eleitores rumo à vi-

tória nas eleições autárquicas em Viseu.

Miguel Ginestal, que é professor de português/inglês, e mestre em gestão pública e já tinha sido cabeça-de-lista do PS nas últimas eleições autárquicas, considera que reúne as condições para este ano obter melhores resultados, assumindo, todavia, que esta sua candidatura representa uma grande responsabilidade, “porque o PS é a única alternativa a 20 anos de governação sem rumo, sem soluções e sobretudo arrogante do PSD”.

Uma das novidades que Miguel Ginestal adiantou em relação à sua candidatura é o lançamento de um movimento de ideias e de debate, por forma a “possibilitar a participação de todos os cidadãos”, na construção do presente e do futuro do município, contrariando, deste modo, como disse, a prática autista e arrogante da gestão do PSD nas últimas duas décadas. **R.S.A.**

CARTAXO LANÇA PLANO ESTRATÉGICO ATÉ 2018

COM os olhos postos no futuro, a Câmara do Cartaxo apresentou o Plano Estratégico do concelho até 2018, que prevê um investimento de 140 milhões de euros, de capitais públicos e privados, um instrumento de trabalho considerado fundamental pelo presidente da autarquia, o socialista Paulo Caldas, para o desenvolvimento local.

Considerando o documento como de “acção prática”, Paulo Caldas destacou alguns investimentos nele previstos, nomeadamente na área do saneamento básico, casas agrícolas e turismo.

“Trata-se de uma linha estratégica de desenvolvimento porque queremos competir com Lisboa”, sublinhou.

A “linha de rumo” traçada pelo Executivo camarário socialista para a próxima década traça um diagnóstico da situação do concelho, enumerando as suas potencialidades e debilidades, defendendo a aposta num programa de desenvolvimento económico e empresarial, como o Parque Temático do Vinho e o Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a afirmação do Cartaxo como cidade média regional.

Paulo Caldas reconheceu que o plano perdurará para além da sua saída da autarquia, já que a lei só permite que se possa candidatar mais uma vez, mas referiu que os seus antecessores “também pensaram para além dos seus mandatos”.

Acrescentou também que se trata de um “planeamento” e, nesse contexto, “não está fechado e poderá ser acrescentado ou ver projectos cáírem, por deixarem de ser estruturantes”.

Paulo Caldas afirmou ainda que o actual Plano Estratégico foi readaptado do Rumo 2008-2020, apresentado no ano passado, com alguns projectos a manterem-se, mas outros a serem abandonados, nomeadamente devido à opção pela construção do novo aeroporto em Alcochete.



Maria João Botelho apostada em conquistar o Cadaval

PERANTE uma sala cheia de militantes e simpatizantes, o PS do Cadaval reafirmou a sua confiança em Maria João Botelho como candidata do partido à presidência da Câmara Municipal local.

Na sua intervenção do dia 8 de Março, Maria João Botelho disse que volta a candidatar-se à liderança do Cadaval “por amor à terra” e porque não desiste da mudança necessária “para recuperar o tempo perdido neste últimos oito anos”.

Num discurso em que caracterizou o actual estado do concelho, responsabilizando a actual maioria camarária do PSD pelas oportunidades perdidas, exigiu a solidariedade do Oeste para com o Cadaval, traçou algumas linhas orientadoras do seu futuro programa político, para o qual deseja a participação de todos, tendo-se mesmo comprometido a firmar um “contrato



eleitora” com a população.

A candidata socialista afirmou que se apresenta nesta luta eleitoral com mais entusiasmo do que anteriormente, na certeza de que “todos somos indispensáveis para enfrentar o grande desafio a vencer”.

Maria João Botelho, 58 anos, é arquitecta paisagística e engenheira agrónoma, presidente da Concelhia do PS do Cadaval, líder do Departamento Federativos das Mulheres Socialista da FRO e membro do Secretariado da Federação da Região Oeste. **M.R.**

Idalina Trindade, candidata ao município

“Nisa merece uma Câmara do PS”

A gestão “facilitista” e “despesista” do actual Executivo camarário da CDU irá dar lugar a uma “nova atitude” na gestão municipal que tem de ser a “força motora” de uma “nova dinâmica económica e social”, afirma a candidata do PS à presidência da autarquia de Nisa, em entrevista ao “Acção Socialista”. Idalina Trindade refere ainda que uma câmara dirigida pelos socialistas estará preocupada, em primeira linha, “com as necessidades de emprego e de qualidade de vida dos seus cidadãos”. Nesse sentido, acrescenta que “Nisa merece uma câmara do PS” para a “construção de um concelho mais próspero”.

Com que espírito parte para esta batalha de colocar os socialistas à frente dos destinos de Nisa?

Desde logo com o espírito que a população de Nisa, que me viu nascer e conhece o meu percurso de vida, quer como estudante quer como profissional sabe que me caracteriza a determinação, combatividade sem receios de qualquer espécie e sentido de responsabilidade para alcançar objectivos. Com a convicção de ser capaz e me sentir preparada para fazer mais e melhor pela minha terra que sempre defendi e sinto que se revê nesta minha forma empreendedora de encarar a vida com optimismo e crença de que um futuro melhor depende da nossa capacidade de intervenção. A corrente de esperança que vários sectores da população claramente sentem e até clamada por uma alternativa credível de mudança à actual gestão autárquica de maioria CDU, foram determinantes para não enjeitar e antes abraçar este desafio de restituir confiança nas mulheres e nos homens do PS na busca das melhores soluções e respostas para os problemas do concelho.

Quais os principais trunfos que o PS tem para conquistar a Câmara à CDU?

O PS local parte para esta batalha eleitoral unido e coeso em torno de dois filhos da terra (cabeça-de-lista para a Câmara e para a Assembleia Municipal), gente que tem Nisa nas entranhas e que não está neste projecto de construção para se afirmar individualmente, outrossim para trabalhar num projecto colectivo, pela terra, com os da terra e para os da terra. O povo do concelho compreende esta linguagem e sabe que pode confiar que o novo município do PS irá fazer deste lema uma prática efectiva. O trunfo principal do PS nesta “cruzada” de conquista da Câmara à CDU é a integridade e a capacidade de envolvimento e de realização dos seus protagonistas, a solidez do grupo e um forte sentido de solidariedade e de confiança nas competências dos nossos conterrâneos, não apenas para o

desempenho de funções políticas mas para a assumpção de funções técnicas no quadro organizacional do município designadamente ao nível da empresa municipal – a importação sistemática de mão de obra sucedânea e de padrão técnico-científico não superior à oferta existente no concelho à qual não tem correspondido a fixação de novas famílias na sua sede ou nas suas freguesias, inverte o objectivo para nós essencial de combater a desertificação no nosso território.

Em que linhas de força assenta o projecto do PS para travar a desertificação no concelho?

Quando há 16 anos atrás, como independente, aceitei encabeçar a lista do PS à Câmara de Nisa, animava-me essencialmente a crença própria da juventude na capacidade inesgotável de dar o meu contributo para a construção de um concelho mais próspero, de uma gestão municipal mais solidária e eficaz, direccionada para a necessidade de ouvir as pessoas e de conseguir realizar obra correspondente aos seus anseios e que assumiam principal enfoque nas áreas social e económica.

Eram então imprescindíveis medidas gestionárias de apoio às populações carenciadas das aldeias, gente que vivia só, com dificuldades económicas, sociais, de mobilidade, de acesso à saúde, jovens que se tinham ausentado para prosseguir os seus estudos, e que, como eu, voltavam à terra natal com o firme propósito de aqui se fixarem, trabalharem, constituírem família. Era pois também necessário realizar e captar investimento gerador de riqueza e de emprego. Então, como agora, o cenário não é infelizmente muito diferente

Assim, é preciso estimular o investimento na área da prestação de serviços de qualidade à terceira idade numa perspectiva territorial de corresponder à procura interna concelhia, mas também regional e nacional.

Mas também potenciar e melhorar a qualidade da oferta turística existente para atractivo e garante de fluxos permanentes de famílias em idade activa e respectivos



“É preciso estimular o investimento na área da prestação de serviços de qualidade à terceira idade numa perspectiva territorial de corresponder à procura interna concelhia, mas também regional e nacional”

descendentes para o desfrute da oferta termal e actividades lúdicas na proximidade regular dos familiares mais idosos. Esta equação “activo+inactivo” = oportunidade de negócio pode ser o “click” na especialização do concelho de Nisa, para marcar a diferença e provocar o efeito multiplicador que o débil tecido económico carece.

Que balanço faz da gestão da CDU à frente da autarquia e que medidas e acções considera necessárias para aproveitar as potencialidades de Nisa?

Mais do que de palavras bonitas é necessária uma atitude responsável e empenhada na construção de uma rede de oferta turística e gastronómica que assente em padrões de qualidade e capaz de dar

resposta a um segmento da sociedade contemporânea cada vez mais ávido por “consumir” natureza e património nas suas mais variadas asserções, construído, cultural, gastronómico, ambiental, ecológico. Felizmente o concelho de Nisa é riquíssimo nesta panóplia de opções de lazer, sendo que a sua situação geográfica de centralidade relativamente ao todo nacional e a proximidade da vizinha Espanha lhe conferem, naturalmente, uma posição estratégica privilegiada que outros territórios não têm. A existência de um recurso termal de água sulfurosa, os 43 quilómetros de velho Tejo que banham a norte o concelho e a sua inserção geográfica no Geopark Naturtejo constituem eixos estratégicos que é necessário desenvolver como produto turístico. Enquanto municípios vizinhos constroem e concessionam infra-estruturas com aptidão para gerar riqueza e postos de trabalho através da mobilidade de pessoas com destino aos seus territórios, o actual executivo municipal mostrou-se inábil e revelou total irresponsabilidade a ponto de permitir por bonomia, inércia e incapacidade gestionária notória o encerramento do Complexo Turístico “Albegaria Penha do Tejo” e a sua total vandalização, destruição e furto de equipamentos, alguns ainda por estrear. Com este péssimo exemplo parece-me evidente que não se pode confiar em tais pseudo-protagonistas do desenvolvimento económico do concelho de Nisa para assegurar o sucesso que

realista que me anima nesta batalha de querer sentir orgulho de ter nascido em Nisa. A população conhece-me, sabe que todos os dias parto para a vida em combate, que não baixo os braços às adversidades e que não me deixo acantonar por conveniências pessoais. Fazer política significa partilhar problemas e buscar soluções, com ética e com sentido de justiça, esta atitude, os munícipes do meu concelho sabem que podem esperar do PS. A gestão facilitista e despesista do actual executivo camarário irá dar lugar a uma nova atitude na gestão municipal que tem de ser a força motora, mas não a única, e em parceria com os agentes privados numa nova dinâmica económica e social irá dar exemplo de boas práticas, com respeito pela diversidade ideológica e impedir que em nome de um pseudo-progresso se mutilem as referências afectivas do povo de Nisa que constituem património da nossa história. Comigo, haverá uma câmara preocupada, em primeira linha com as necessidades de emprego e de qualidade de vida dos seus habitantes e descendentes, antes de gastar energias e recursos na resolução dos problemas dos que cá não estão, dos que cá não investem, mas que cá vêm para se aproveitarem de nós como se fôssemos tolos ou ignorantes incapazes de agir ou de contornar obstáculos. Eis o que a população do concelho de Nisa pode esperar do PS à frente dos destinos do concelho. Nisa merece uma Câmara do PS.

todos desejamos na exploração do Novo Complexo Termal, ainda em construção, mas que já conta com gestores e directores pagos a peso de oiro.

Que mudanças podem esperar os habitantes de Nisa de uma gestão socialista com Idalina Trindade presidente da câmara?

Os munícipes do meu concelho e meus concidadãos de corpo inteiro podem contar comigo porque os considero os melhores de entre os melhores para serem os verdadeiros obreiros dos legados que pretendem deixar aos seus vindouros. Sei que acreditam no espírito independente, livre e plu-

CANDIDATO PS À CÂMARA DO SARDOAL QUER INVERTER GESTÃO CAÓTICA DO PSD



NO JANTAR que serviu para anunciar a sua candidatura nas listas do PS à Câmara Municipal do Sardoal, Fernando Vasco anunciou os eixos prioritários do seu programa eleitoral, que passam por mais investimento, coesão social e segurança.

Para o candidato socialista, é tempo de iniciar um novo ciclo político e colocar um ponto final nos últimos 16 anos de gestão autárquica do PSD no concelho do Sardoal, que Fernando Vasco classifica de “mais do mesmo”, nomeadamente, diz, porque tem sustentado a sua gestão municipal “única e exclusivamente” no recurso “irresponsável”, ao endividamento, limitando-se a uma gestão de rotinas.

O socialista afirmou que logo que tome posse como presidente da edilidade vai apostar noutras prioridades, que passam, como garantiu, pelo desenvolvimento de políticas pró-activas de apoio aos empresários, nomeadamente “através da criação de condições que permitam a manutenção e criação de novos empregos”, mas também criando novos mecanismos de apoio à população idosa, através da “implementação de mecanismos de proximidade” situação que lhes permita fornecer solidariedade, assistência e segurança a quem muitas vezes vive só.

Esta iniciativa contou com as presenças dos dirigentes nacionais e membros do Governo, Idália Moniz, Jorge Lacão e José Miguel Medeiros, respectivamente, secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, secretário de Estado da presidência do Conselho de Ministros e secretário de Estado da Protecção Civil, bem como dos deputados Sónia Sanfona, António Gameiro, Nuno Antão e Fernando Pratas, e ainda do presidente da Federação do PS de Santarém, Paulo Fonseca, do presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Nelson de Carvalho, além de uma larga presença de sardoalenses. **R.S.A.**

IC9 CHEGA A OURÉM

FOI com júbilo que o Partido Socialista de Ourém assinalou a adjudicação da auto-estrada Litoral/Oeste, que ligará Tomar a Alcobaça, através do IC9, numa cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro.

Para o PS/Ourém, é o Governo liderado por José Sócrates “que está de parabéns”, já que é ele que está a concretizar, depois de muitas promessas vãs de outros governos, “um sonho há muito ambicionado pelas populações”, de disporem de uma ligação rodoviária estruturante e cómoda.

Numa altura em que o mundo passa por uma das suas maiores crises económicas, dizem os socialistas de Ourém, este investimento representa também uma aposta inegável do Governo no futuro desta região, “dotando-a de melhores condições de mobilidade tendo em vista o seu desenvolvimento futuro”. **R.S.A.**



Artur Penedos lidera candidatura a Paredes

A COMISSÃO Política Concelhia do PS/Paredes votou por unanimidade o nome de Artur Penedos para candidato do partido à Câmara Municipal local.

Segundo a líder concelhia, camarada Luísa Tadeu, a aposta desta estrutura socialista recai sobre Artur Penedos pelo “conhecimento que tem do concelho e das suas instituições, pela sua experiência política e autárquica, pela sua disponibilidade para servir, pela sua capacidade de inovação, para além de outros valores pessoais, como ser um homem comunicativo, combativo, determinado e de espírito vencedor”.

Ao intervir na conferência de Imprensa em que foi anunciada a sua candidatura autárquica, Artur Penedos agradeceu a confiança e a esperança nele depositada, garantindo estar “convencido de que é desta vez que vamos concretizar o sonho de mudar Paredes”.



O candidato do PS comprometeu-se a realizar uma actividade intensa em Paredes, para que a sociedade paredense seja ouvida por todos os que têm obrigação de governar o país e a região, “capazes de respeitar os cidadãos e de criar condições para que o medo instalado nas

peças desapareça de vez”.

Refira-se que Artur Penedos, 59 anos, é presentemente assessor do primeiro-ministro para os assuntos sociais e laborais, foi deputado eleito pelo círculo eleitoral do Porto na Assembleia da República desde a sexta até à nona legislaturas e dirigente da UGT.

Socialistas de Leiria solidários com Sócrates

CERCA de 200 homens e mulheres, militantes e independentes, participaram num almoço, na Nazaré, a 8 de Março, comemorativo do Dia Internacional da Mulher, no decurso do qual foi aprovada uma moção do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Leiria de apoio ao secretário-geral do PS, José Sócrates, “alvo privilegiado de uma campanha sem regras, tendente a distorcer a imagem do político e governante que teima em ser sério, competente, atento e preocupado com o que poderá ser, ou não, o futuro de todos os portugueses”.

Na moção, o Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Leiria “apela, com veemência, a todos os órgãos de soberania e aos seus titulares para que adotem, perante a situação, a postura serena, sensata e responsável que melhor possa servir os interesses nacionais, e recusem energicamente sedutores aproveitamentos



aos cidadãos a esperança legítima em dias de maior desafogo e progresso”.

Neste contexto, os militantes do PS, reunidos por ocasião da comemoração do Dia Inter-

nacional da Mulher, manifestaram “a sua solidariedade ao camarada José Sócrates, certos de que a Justiça se encarregará de dissolver as perversas dúvidas existentes a seu respeito e restituir assim o primeiro-ministro, em plenitude, ao cumprimento de tudo o que o país, legitimamente, espera dele e do exercício das suas altas funções”.

No âmbito do evento procedeu-se também a uma homenagem às militantes do distrito que se filiaram no PS em 1974. **J. C. C. B.**

eleitorais, nestas circunstâncias, invariavelmente, em desfavor de todos a quem se dirige uma acção política consequente e voltada para o essencial: as pessoas”.

O documento refere ainda que “Portugal precisa, por força da crise económica e financeira mundial, mais do que nunca, de estabilidade política, de confiança e de uma atitude positiva por parte de todos os que se sentem envolvidos na superação das dificuldades do país e na busca dos caminhos que devolvam

Autarcas do PS de Alcácer lançam plano anticrise

OS ELEITOS socialistas de Alcácer do Sal, perante a crise internacional que se vai prolongando com consequências evidentes na qualidade de vida e no bem-estar da população, apresentaram um plano anticrise para vigorar entre 2009 e 2010.

Trata-se de um plano, como refere o presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Alcácer do Sal, João Massano, que pretende reforçar os valores da igualdade e da

solidariedade, os quais constituem uma exigência moral que “sempre tem orientado o pensamento e a acção dos socialistas”.

Foi, pois, sustentados nestes princípios, acrescenta o líder do PS de Alcácer do Sal, e “com espírito de iniciativa e empreendimento”, unidos numa grande plataforma política que “assenta na vinculação comum de princípios que todos defendem”, que os eleitos socialistas deste município resolveram lançar

um plano anticrise transversal à sociedade, integrando apoios às famílias, às empresas e à consolidação de equipamentos sociais.

Como adianta João Massano, esta é mais uma das muitas medidas implementadas nas autarquias lideradas por eleitos do Partido Socialista, “e que muito nos orgulham”, defendendo que a nível local o PS tem “estado permanentemente no centro do debate político”. **R.S.A.**

Samuel Cruz, candidato à Câmara do Seixal

“Novos protagonistas com renovada vontade de fazer”

Colocar o Seixal na vanguarda do desenvolvimento, retirando-o do marasmo ao qual foi votado pela gestão do Executivo da CDU implica uma mudança com a marca PS, defende Samuel Cruz, que em entrevista ao “Acção Socialista” aponta para a dinamização da economia, o estímulo à criação de emprego e para a recuperação urbanística como traves-mestras do seu projecto autárquico.

O candidato socialista ao Seixal refere-se também à elaboração de um “orçamento participado”, no qual os munícipes tenham uma palavra a dizer sobre os investimentos dos dinheiros camarários, bem como do abandono do paradigma da construção, garantindo que conta com uma equipa de novos protagonistas pronta para trabalhar pelo concelho.

Quais as razões de ser da sua candidatura à presidência da Câmara do Seixal?

O advento desta candidatura prende-se com uma conjugação de esforços para formar um projecto vencedor para o Seixal e para a região. Trata-se de um projecto dilatado, no espaço e no tempo, que não se esgota nas próximas eleições autárquicas.

Cabe aqui uma palavra para o líder da Concelhia do PS, Nuno Tavares, candidato à Assembleia Municipal, que me fez o convite, demonstrando a ambição de que o Seixal esteja, a partir deste momento, sempre na vanguarda da decisão e do desenvolvimento no distrito. É esse o desafio e foi o que me levou a aceitar.

Quais são, na sua opinião, os principais problemas que afectam o Seixal?

No Seixal tudo é um problema porque a Câmara já há muito tempo que não tem um programa, mas antes um caderno reivindicativo. Eu não conheço as suas propostas, mas oiço todos os dias as exigências da edilidade ao Governo. Só que a autarquia esquece-se de que, anualmente, tem ao seu dispor mais de cem milhões de euros para investir no bem-estar da população do concelho do Seixal. E eu pergunto o que a Câmara tem feito pelo concelho?

A alternativa à EN10 está parada em Corroios há quatro anos. A piscina de Paio Pires, apesar de sucessivamente prometida, ainda não será construída este ano, o mesmo se passando com o cemitério de Fernão Ferro. O casco antigo do Seixal foi votado ao abandono e a situação só piorará com a saída dos serviços camarários. Na Amora, uma das freguesias mais populosas deste país, não existe um mercado que ofereça o mínimo de condições e entre esta freguesia e a da Arrentela as obras da ponte da Fraternidade, também, sucessivamente, desde há oito anos, não passam de mera propaganda.

Este é um dos últimos concelhos do nosso país que ainda pratica o turno duplo nas suas escolas, onde as crianças na instrução primária ou têm

aulas de manhã ou de tarde.

A Câmara revela uma inoperância total, porque ao passo que exige obra ao Governo, não consegue sequer recuperar o Moinho da Maré em Corroios, há oito anos encerrado, nem terminar uma estrada que começou há quatro. E já nem quero falar do edifício Alentejo, adquirido pela Câmara mas nunca utilizado, ou do mercado da Verdizela, equipamento cuja construção foi iniciada mas nunca concluída. Estes são verdadeiros exemplos de como se desperdiça o dinheiro público.

E a cereja em cima do bolo é que o Município, um dos dez maiores do país, nem sequer conseguiu construir os seus próprios Paços do Concelho ou o seu parque oficial.

O parque oficial da Câmara Municipal na Cucena e o novo edifício administrativo da autarquia vão custar 250 mil euros mensais de renda – 250 mil euros por algo que nunca será da autarquia. Acresce que estes negócios foram sempre feitos com o mesmo grupo económico, a empresa A. Silva e Silva, e as regras mais elementares de concorrência não foram asseguradas, sendo o interesse público quem sai lesado em tudo isto.

Em seu entender, quais são as áreas prioritárias nas quais deve centrar-se a acção do próximo Executivo municipal?

Numa autarquia com cerca 2000 trabalhadores e um orçamento anual de mais de 100 milhões de euros, o primeiro desafio que se coloca ao presidente da edilidade, antes de propor algo para o concelho, é tomar o pulso à estrutura autárquica, pondo-a a funcionar de modo célere e eficaz.

Aos que trabalham na Câmara quero dizer que, comigo como presidente recuperarão o seu direito ao recebimento do subsídio de turno nos subsídios de férias e de Natal, pois ao contrário daquilo que a actual maioria afirma, nada na lei o impede.

Assim como afirmo aqui que com o PS à frente da autarquia as chefias serão escolhidas por mérito e não em função da sua fidelidade ao Partido Comunista. A esse respeito diga-se, a



título de exemplo, que existem várias chefias intermédias nomeadas em regime de substituição, que o deveriam ser apenas por um período de dois meses, mas que já se encontram nesta situação há mais de dois anos. Aqui sim é necessário repor a legalidade!

A Câmara tem ao seu serviço uma advogada que faz horas extraordinárias todos os sábados, domingos e dias feriados ao longo do ano. Um verdadeiro escândalo!

Tudo isto terminará com o PS à frente da autarquia. É de justiça que falo.

Para a população em geral as prioridades do PS serão o estímulo à economia e com a consequente criação de emprego e o aumento da qualidade de vida. Trata-se de uma nova geração de políticas autárquicas. Por isso, não farei promessas para não serem cumpridas. O povo está farto disso.

Mas posso afirmar que será abandonado o paradigma de mais construção, alinhando por um modelo de recuperação urbanística. Esta política, tem especial incidência nas taxas de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), que serão menos penalizadoras a quem proceda à realização de obras de conservação ou aposte no mercado de arrendamento nos centros históricos. Mas mais penalizadoras dos imóveis devolutos. Estas medidas visam combater a desertificação dos cascos históricos e a preservação do património edificado. Mais uma vez é de justiça que falo.

Quais são as propostas centrais do seu Programa Eleitoral Autárquico?

A verdade é que enfrentamos uma grave crise de desemprego e todos temos que contribuir para a solução do problema, pois o pessimismo não cria postos de trabalho. Por isso, propomos a isenção de taxas para empresas que se instalem no concelho, com a exigência de criação líquida de postos de trabalho e com recurso a desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Mas há mais. À população quero relembrar alguns exemplos do que foram as medidas defendidas pelo PS

neste mandato e ignoradas pela maioria CDU, como a proposta de redução ou isenção da taxa de derrama para as pequenas e médias empresas que, do ponto de vista orçamental, não têm grande reflexo para a Câmara, mas que para os pequenos com-

merciantes, para as lojas de bairro, para o comércio de proximidade é uma importante ajuda, em especial na actual conjuntura.

Aos pequenos comerciantes quero também garantir que comigo a Taxa de Publicidade, que considero ser inconstitucional, deixará de ser cobrada.

Para as famílias, propusemos a redução da taxa do IRS e a criação duma taxa social de pagamento da água para as famílias numerosas.

Estas são verdadeiras políticas sociais municipais, constituindo propostas já apresentadas por nós, mas rejeitadas pela maioria CDU.

Por outro lado, a equipa por mim liderada irá discutir as situações com todos, pessoalmente, e perceber o que as populações querem que seja feito. Chama-se a essa prática orçamento participado. Propu-lo na Câmara ao longo destes anos, não fui ouvido. O PS não vai apresentar soluções finais, mas sim propostas que serão referendadas a nível local. Será o próprio eleitorado a estabelecer as prioridades de investimento da Câmara Municipal em cada local. Isto não é impossível, e permite que todos possam sentir que têm uma palavra a dizer quanto ao destino final dos seus impostos.

Quero, no entanto, desde já, assumir que defendo a criação dum parque urbano ao nível do que melhor se faz no nosso país, um espaço de grande qualidade onde as famílias podem usufruir do seu tempo livre e as crianças possam aprender o que é a natureza e como era o Seixal no tempo dos seus avós.

E claro há ainda a Baía, aquela que é designada como a grande praça do Seixal pelo Executivo comunista, mas que nada fez pela sua valorização, para além de estudos fantasiosos e dispendiosos, como foi o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo no Concelho do Seixal. Para a Baía é necessário saber atrair o necessário investimento privado, que numa forma sustentada, permita de novo a quem habita este concelho, e a quem o visita, usufruir desse recurso natural fantástico que é a nossa Baía, debruçada sobre Lisboa.

Que balanço faz da actuação do Executivo comunista?

Como pode calcular, até por tudo aquilo que já referi, onde há inabilidade na gestão autárquica, o balanço só pode ser negativo. A rotatividade democrática é importante. É, aliás, por isso que o PS defende o princípio de limitação de mandatos. A verdade é que o PCP está demasiado confortável na cadeira do poder, não se esforçando o suficiente para realizar aquilo que lhe era exigido.

Demasiado tempo no poder cria vícios nas organizações e nas pessoas, é humano, por isso é importante que se criem novas dinâmicas, que se tragam novos protagonistas com renovada vontade de fazer.

O que assistimos no Seixal é ao amorfismo. Não é por a população estar contente que este concelho tem a mais alta taxa de abstenção em eleições autárquicas. A verdade é que este Executivo não tem obra para mostrar.

Por outro lado, o Governo do PS tem feito muito pelo concelho, como são exemplos os investimentos estruturantes como os catamarans, o metro Sul do Tejo, o comboio para Lisboa. E, para o futuro, podemos falar da ponte Barreiro/Seixal, incluída na terceira travessia do Tejo, do novo Hospital do Seixal – e é aqui importante frisar que esta é, desde o primeiro momento, uma bandeira do PS, que foi quem pela primeira vez defendeu a sua construção, quem o decidiu construir e, estou certo, será um Governo socialista que vai realizar esta obra.

Mas temos ainda o IC32, com a ligação de Coina ao Funchalinho, atravessando todo o concelho do Seixal, obra importante que já foi adjudicada este ano. Temos toda uma rede de parcerias com a Segurança Social, no âmbito do programa PARES, temos a unidade de cuidados continuados que será instalada na ARIFA e o lar de idosos do Seixal. Temos ainda o projecto de recuperação dos terrenos da antiga Siderurgia Nacional, projecto que a Câmara tenta usurpar. Tudo investimentos no concelho do Seixal com a marca PS.

Com que trunfos conta a sua candidatura nesta batalha pela conquista a presidência da Câmara?

Ao fim destes quatro anos como vereador sinto-me perfeitamente preparado para ser presidente da Câmara. Conheço bem o concelho onde nasci e a sua população. Conheço as suas necessidades e anseios. Além disso o facto de sempre ter estado na oposição dá-me a obrigação de cumprir tudo aquilo que sempre critiquei em quem geria a Câmara.

Mas o maior trunfo com que conto é com uma equipa coesa, capaz e fortemente empenhada em vencer no concelho do Seixal.

Mais transparência e informação para consumidores

Visando o reforço efectivo dos direitos dos consumidores, o Governo do Partido Socialista aprovou recentemente um pacote de medidas que garantem mais transparência e informação nos contratos de crédito ao consumo, a salvaguarda da concorrência nos produtos bancários de poupanças reforma e educação, a regulamentação de serviços prestados mediante call centers e uma maior segurança nos espaços lúdicos.

NA REUNIÃO do Conselho de Ministros em que se assinalou o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor (15 de Março) o Executivo aprovou um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva comunitária relativa a contratos de crédito aos consumidores.

Com as novas regras aprovadas, os consumidores passam a estar mais protegidos nos contratos de crédito ao consumo de qualquer tipo de valor superior a 200 euros e inferior a 75 mil euros, vêem reforçado o seu direito à informação na fase pré-contratual e estabelecidas normas para a publicidade, devendo o credor fornecer ao consumidor informação detalhada sobre o contrato de crédito a celebrar.

Neste sentido, passa a ser obrigatória a consulta à Central de Riscos de Crédito, do Banco de Portugal, antes de celebrar um contrato de crédito, procurando desta forma que o credor possa avaliar a capacidade do consumidor de cumprir o contrato que vai celebrar.

Estabelece-se igualmente o dever de assistência ao consumidor, isto é, o credor deve prestar toda a informação necessária ao consumidor, possibilitando que este último possa avaliar se o contrato de crédito proposto se adapta às suas necessidades e à sua situação financeira.

É também alargado o prazo para revogar o contrato que passa de 7 para 14 dias consecutivos, podendo o consumidor desistir do contrato dentro desse prazo.

Estabelece-se ainda o valor máximo da indemnização a pagar pelo consumidor em caso de amortização do contrato.

Esta não poderá ser superior a 0,5% do montante do crédito reembolsado antecipadamente se o período decorrido entre o pagamento antecipado e data estipulada para o termo do contrato for superior a um ano.

Se o período for inferior a um ano, a compensação não poderá exceder os 0,25%.

Com o novo quadro legal, disciplina-se ainda o regime das taxas máximas para os diferentes tipos de contratos de crédito ao consumo, sob pena de serem considerados usurários.

Cabe ao Banco de Portugal identificar os tipos de contrato de crédito

ao consumo relevantes, a TAEG média praticada para cada um destes tipos de contrato pelas instituições de crédito ou sociedades financeiras e a determinação do valor máximo a partir do qual a TAEG é considerada usurária.

Novidades nas poupanças reforma e educação

Ainda no Conselho de Ministros que assinalou o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, o Governo aprovou o novo regime jurídico dos planos de poupança reforma (PPR), poupança educação (PPE) e poupança reforma e educação (PPR/E), no qual são limitadas e uniformizadas as designações das diferentes comissões cobradas neste tipo de produtos, ajustando-as às fases de constituição, permanência e resgate dos produtos.

Assim, todos os encargos têm de corresponder às seguintes comissões: comissão de subscrição, comissão de depósito, comissão de gestão, comissão de transferência e comissão de reembolso.

Isenta-se, portanto, do pagamento de comissões as transferências internas ou externas dos planos de poupança que não dêem garantias de capital e respectiva rentabilidade.

Nos produtos que garantam esse capital e rentabilidade, aceitando-se a existência de um risco diferente, permite-se a cobrança de uma comissão de transferência, limitando-a, no entanto, a 0,5% do valor a transferir.

O novo regime fortalece, assim, o direito do consumidor à informação no momento prévio à contratação, através da obrigatoriedade de en-



trega de uma simulação, durante o período de vida do produto, obrigando as entidades gestoras ao envio anual de um documento com o total de comissões cobradas e rendimento obtido no ano anterior, ao mesmo tempo que se obriga a uma maior transparência na divulgação e publicidade históricas destes produtos.

Desta forma, a rentabilidade histórica passa a ser apresentada na informação pré-contratual de forma líquida, isto é, deduzida de todas as comissões que a influenciaram.

Regulamentação de call centers

O Executivo aprovou também novas regras para a prestação de serviços através de centros de atendimento, os call centers, proibindo que se faça esperar o consumidor em linha por um período superior a um minuto.

Quando o serviço de atendimento disponibilizar um menu electrónico, este não pode conter mais de cinco opções iniciais, devendo uma destas ser a opção de contacto com o profissional.

Tratando-se de um serviço de atendimento relativo a um serviço de execução continuada ou periódica,

o menu inicial tem de ter a opção de cancelamento do serviço.

Obriga-se à divulgação do número de telefone do serviço e do seu período de funcionamento, com destaque para o período de atendimento personalizado, que passam a ter de constar, de forma bem visível, dos materiais de suporte de todas as comunicações do profissional.

Proíbe-se, por outro lado, o encaminhamento da chamada para outros números que impliquem um custo adicional para o consumidor, salvo acordo expresso em contrário.

Proíbe-se igualmente a emissão de publicidade durante o período de espera.

Já para salvaguardar o direito à privacidade e descanso do consumidor, a emissão de chamadas por parte de profissionais passa a estar sujeita a um horário compreendido entre as 9 e as 22 horas.

Nova Rede Telemática de Informação Comum

Depois de ter criado a obrigação geral de existência e disponibilização do Livro de Reclamações, o Governo cria agora uma plataforma informática, gerida pela Direcção-Geral do Consumidor, na qual as

entidades reguladoras e de controle de mercado devem proceder ao registo e tratamento das reclamações dos consumidores e utentes constantes do Livro de Reclamações.

Através desta rede telemática, os consumidores e os agentes económicos podem, a qualquer momento, verificar o estado e a evolução das reclamações.

Com a criação desta plataforma digital, a obrigação que já impendia sobre as entidades de controlo e de regulação do mercado de enviarem para a Direcção-Geral do Consumidor a informação relativa às reclamações deixa de ser feita em papel e passa a sê-lo através da plataforma informática.

Visa-se, deste modo, o reforço da transparência das relações entre, por um lado, a Administração Central, as entidades reguladoras e de controlo do mercado e, por outro lado, os consumidores reclamantes e os profissionais reclamados, permitindo o acesso às reclamações que lhes digam respeito.

Finalmente, o Governo aprovou a alteração das normas do regulamento dos espaços de jogo e recreio, impondo maior segurança na sua utilização.

Reforça-se a segurança das crianças ao criar a obrigatoriedade de existência de uma vedação ou outra barreira física que delimite estes espaços.

São impostas soluções técnicas que limitem a passagem junto dos baloiços e outros equipamentos que incluam balanço, com vista a reduzir o risco de acidentes.

Por outro lado, reforçam-se as obrigações das entidades responsáveis pelos espaços de jogo e recreio para que a utilização destes equipamentos se faça em segurança, impondo-se, entre outras, condições de vigilância, de forma a prevenir os riscos de sinistralidade e são clarificadas as obrigações de informação.

DIA MUNDIAL DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

ESTE ano, elegendo como prioridade a sensibilização de proximidade dos cidadãos para questões relacionadas com os seus direitos e deveres enquanto consumidores, no Dia do Consumidor foi lançada a campanha "Seja um Consumidor Informado", caracterizada pelo recurso a personagens animadas e com humor, identificadas como consumidores.

Esta campanha utiliza exemplos de consumidores em situações problemáticas enquanto turista, cliente de estabelecimentos comerciais, comprador de bens essenciais e em condições de utilização do apoio ao cliente, solicitando-lhe que se informe dos seus

direitos de forma a evitar constrangimentos.

Numa acção simultânea, os governadores civis dos 18 distritos estiveram em contacto com as suas populações distribuindo o Guia do Consumidor, no qual se pode encontrar informação útil sobre os direitos dos cidadãos quando realizam actos de consumo.

Foi também colocado à disposição de todos os portugueses um Gabinete Móvel de Informação ao Consumidor.

Trata-se de um camião, devidamente equipado, que percorre o país, até 1 de Abril, transportando técnicos qualificados e todos os meios necessários para informar os consumidores sobre os seus direitos.

António Duro, candidato à Câmara da Moita

“Alternativa de mudança e prosperidade”

Actuar de imediato nas áreas sociais e criar um plano de desenvolvimento sustentado no concelho para atrair empresas e promover o emprego local são as prioridades do programa socialista para a Câmara da Moita, afirma António Duro. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato do PS à presidência da autarquia defende que é preciso uma mudança que traga prosperidade à população, num concelho “triste” e “desordenado” por 30 anos de gestão CDU com “estratégias erradas”.

Como encara a indicação do seu nome pela Concelhia e o apoio solidário da Federação para ser candidato à Câmara da Moita?

Com grande orgulho e responsabilidade, mas também grande entusiasmo.

No seu entender, quais são os principais trunfos que o PS pode usar para conquistar a autarquia?

Termos ideias alternativas e pessoas com capacidade de apresentar ideias e colocá-las na prática ao serviço da população do concelho da Moita, face a uma gestão errada e caduca que governa, a meu ver mal, o concelho desde as primeiras eleições autárquicas. Mostrar os erros cometidos e apresentarmos como alternativa credível de mudança.

De que forma vai envolver os militantes e simpatizantes socialistas, bem como personalidades independentes na campanha e como tenciona elaborar o programa eleitoral?

Com as ideias que temos, eu e a equipa que comigo mais está ligada a este projecto, tenho a certeza que as mesmas vão empolgar os militantes locais do PS e personalidades independentes que desejam a mudança tal como nós. O programa eleitoral vai ser elaborado tendo por base as nossas ideias e ouvindo muitas pessoas dos mais diversos estratos e organizações colectivas existentes no concelho. Conhecemos bem a nossa terra, conhecemos os erros do passado e que conduziram à situação em que o mesmo se encontra, e sabemos o que ela precisa. Em suma, conhecemos os males, as causas da doença e as terapias para a cura. Esse vai ser a base do nosso programa eleitoral.

Quais as áreas prioritárias na feitura do programa socialista para a Câmara?

A principal é actuar de imediato nas áreas sociais, promovendo medidas de apoio às pessoas, às famílias e micro e pequenas empresas mais carenciadas, face à grave crise internacional a que a Câmara não

pode ficar alheia, como tem estado. Fazer uma auditoria às contas da câmara e dar conhecimento público da situação que sabemos de complicado endividamento da mesma, implementando um plano de recuperação financeira. Criar o mais rapidamente possível um plano de desenvolvimento económico no concelho que não passe unicamente pela expansão urbanística de uma política de concelho dormitório onde se encaixotam pessoas que trabalham fora do mesmo. Um plano para atrair empresas e emprego local, recuperando uma tradição que se foi perdendo ao longo dos anos de gestão CDU/PCP, do orgulhosamente sós com o betão. Impedir que a alteração ao PDM, em aprovação no governo, vá em frente, revendo toda a política urbanística existente. Mudar a forma de impulsionar a cultura e o desporto, não se substituindo a câmara ao associativismo, antes em parceria com eles e com as escolas e professores desenvolver uma verdadeira política de desenvolvimento nestas áreas, com mais resultados e certamente os mesmos ou menores gastos.

O que podem esperar os municípios de António Duro à frente dos destinos da Moita?

Dedicação, seriedade, alguém que sabe ouvir e que tratará todos com iguais direitos e deveres, que não olha para as cores das “camisolas” políticas, religião, clubismos ou outros grupos ou tendências. Alguém que se propôs a este projecto ao serviço da população e do futuro desta terra, para ajudar a melhorar a qualidade de vida na mesma. Alguém que não é nenhum “desempregado” político ou profissional, que tem uma família e uma carreira estável, mas que tem por cultura o ser solidário. Aliás o lema da nossa candidatura é “Uma câmara municipal solidária com os seus municípios”.

Como pensa promover as potencialidades do concelho?

Este concelho está optimamente situado na AML, vai ficar dotado de excelentes acessibilidades, com



infra-estruturas que o Governo do PS decidiu trazer para a nossa proximidade. Falta harmonizar o concelho em termos urbanísticos, de infra-estruturas de apoio qualitativas de quem cá mora e de quem nos visite ou aqui queira instalar empresas das mais diversas valências, que tragam desenvolvimento económico, com mais emprego e melhor ambiente. Qualidade de vida em resumo. Para tal é preciso ter capacidade de diálogo, e querer, dialogar com todos os parceiros, públicos e privados, encontrando oportunidades para esse desenvolvimento.

Que balanço faz da gestão da CDU no município?

O balanço não é mau, é péssimo. São mais de 30 anos de incapacidade e de objectivos e estratégias erradas. Não é por acaso que o concelho da Moita é o da AML com índices de valores das habitações mais baixos. Descaracterizaram o concelho, fizeram-no crescer em volumetria de betão, sem infra-estruturas que acompanhassem minimamente esse crescimento quase selvagem, invadindo sempre e cada vez mais as zonas rurais, deixaram degradar as chamadas zonas históricas ou antigas, pela incapacidade de diálogo e de intervenção. Temos hoje um concelho triste, desordenado, com espaços verdes recentes já em perfeita degradação e insegurança, uma câmara endividada, sem futuro com estas mentalidades que nos têm governado localmente.

Em que aspectos uma gestão socialista pode marcar a diferença?

Por termos uma mensagem alternativa de mudança e prosperidade à população. Por dizermos a esta, olhos nos olhos, que confiem em nós, que nos dêem o benefício da dúvida e experimentem ver do que somos capazes e nos propomos a fazer. Já deram aos outros mais de 30 anos. Gostam do que têm? Então que aproveitem a alternância a que a democracia nos deu com o 25 de Abril de 1974 e nos julguem quatro anos depois. Verão que haverá mais entusiasmo, mais diálogo, uma política que aposta no desenvolvimento, no progresso, com lugar para todos, uma política que não aposta no quanto pior melhor, no que é bom é feito por nós, o que não fizemos ou é mau ou é culpa sempre de outros, dos empresários, dos senhorios, dos governos, das pessoas que lhes desagradam. Com uma gestão socialista muda quase tudo, há muito por mudar, muito por fazer. E o voto é secreto, ninguém tenha medo de experimentar mudar.

Na sua opinião, quais os principais problemas com que se debate o concelho?

O concelho está descaracterizado, crescendo para à periferia dos centros históricos, á custa da expansão urbanística nas zonas rurais, não tem conseguido atrair investidores e empresas, é um concelho dormitório, sem as necessá-

rias infra-estruturas de apoio às famílias “encaixotadas” em blocos de cimento em que as envolventes ambientais e qualitativas de apoio não acompanharam esse crescimento, um concelho em que o maior empregador é a câmara e a única novidade tem sido a implantação de vários hipermercados, à custa do comércio local tradicional. Até as acessibilidades são más, e seriam piores não fossem as vias rápidas exteriores que os governos têm criado, e que se propõe continuar em força, não acompanhadas pelas vias interiores da responsabilidade da câmara, com uma ou outra evolução promovida pelos urbanizadores que precisam de vender os imóveis que construíram.

De que forma pensa relacionar-se com as freguesias, nomeadamente ao nível da descentralização de competências?

As freguesias serão tratadas todas por igual, sejam do PS, da CDU ou de outro qualquer partido ou movimento. Isso é já uma grande diferença e inovação. Depois temos que atender às suas características, população e distância da sede do concelho. Aposto numa política de proximidade, assumo-me como um regionalista, e como tal um descentralizador, as juntas de freguesias ocupam um papel muito importante. Devem ter competências próprias que sejam uma mais-valia sólida para as populações, em articulação mais estreita com a Câmara.

OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico**COOPERAÇÃO ACTIVA**

O DESENVOLVIMENTO recente da economia portuguesa permite hoje a Portugal cooperar activamente com países emergentes a quem nos ligam laços históricos e culturais muito fortes.

Depois do 25 de Abril e da independência das antigas colónias sob administração portuguesa, Portugal sempre manteve com os novos países linhas de cooperação em domínios essenciais como a consolidação institucional e a ajuda ao desenvolvimento.

O nível de cooperação atingiu agora um novo patamar. Para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) Portugal já não é apenas o “vizinho” histórico que partilha uma língua e uma parte da identidade e que ajuda em função dum dever solidário. Assume também o papel dum parceiro de excelência, com boas práticas mundialmente reconhecidas e nichos atractivos para o investimento

“Cabo Verde escolheu a experiência portuguesa recente como inspiração para o seu ambicioso programa de desenvolvimento sustentável”

partilhado dos países cujas exportações geram capitais e fundos com vocação internacional.

Tive recentemente a oportunidade de acompanhar a visita do primeiro-ministro de Portugal a Cabo Verde. Foi uma visita marcada pela ligação fraterna e profunda entre dois povos irmãos e em que se tornou evidente que o entusiasmo e a profundidade da cooperação activa desenvolvida entre os dois países já não é apenas o resultado da proximidade linguística e do circunstancialismo histórico.

É antes fruto dum duplo reconhecimento. Do reconhecimento da tenacidade e do impulso modernizador do Governo de Cabo Verde e do reconhecimento do posicionamento de Portugal na fronteira tecnológica em domínios essenciais para o desenvolvimento das jovens nações emergentes.

Cabo Verde escolheu a experiência portuguesa recente como inspiração para o seu ambicioso programa de desenvolvimento sustentável. Essa escolha implica oportunidades de cooperação com mútuo interesse na criação de riqueza e de oportunidades de negócio. É uma cooperação de nova geração fundada no respeito mútuo e na ambição de liderança num tempo de reinvenção geopolítica e geoestratégica.

Temos sinais que outros países emergentes olham Portugal como um parceiro estratégico, cooperante e credível para apoiar os seus processos de desenvolvimento. É uma grande notícia que nos permite ser solidários e ao mesmo tempo valorizar economicamente soluções de referência que fomos capazes de desenvolver, promovendo uma cooperação activa adaptada aos desafios do século XXI.

Governo francês condecorou Capoulas Santos

O EURODEPUTADO socialista Capoulas Santos foi agraciado pelo Governo francês com a Ordem do Mérito Agrícola, no Grau de Comendador, numa cerimónia realizada no Parlamento Europeu, presidida por Michel Barnier, ministro da Agricultura da República francesa e antigo comissário europeu.

Na ocasião, Michel Barnier elogiou percurso político do eurodeputado português e justificou a atribuição desta condecoração pelo seu papel “na defesa da agricultura europeia, pelo seu espírito de diálogo e pelo seu contributo para o consenso político estabelecido entre o Conselho, a Comissão e o Parlamento sobre a reforma intercalar da Política Agrícola Comum (PAC)”, concluída sob a presidência francesa do Conselho da União Europeia, em Novembro de 2008, e de que o eurodeputado socialista foi o autor do relatório realizado no âmbito do Parlamento Europeu.

No discurso de agradecimento, Capoulas Santos afirmou que interpretou este gesto do



Governo francês “como o reconhecimento simbólico do empenho de todos os que, no Parlamento Europeu, permanentemente se batem por uma política agrícola capaz de assegurar o presente e o futuro dos agricultores europeus”.

Uma PAC mais justa

Capoulas Santos disse

ainda que “esta distinção constitui um estímulo adicional para continuar a lutar por uma PAC mais justa e equitativa entre agricultores, regiões e Estados-membros da UE, mais amiga do ambiente e mais valorizadora do emprego”.

L'Ordre du Mérite Agricole foi instituída em 1883 e visa “recompensar serviços rele-

vantes prestados à agricultura”. Compreende, por ordem crescente, os graus de Cavaleiro, Oficial e Comendador.

Recorde-se que Capoulas Santos havia já sido agraciado em 2006 pelo Presidente Jorge Sampaio com a Comenda da Ordem do Mérito Agrícola, Comercial e Industrial (Classe do Mérito Agrícola) da República portuguesa.

Jornadas Parlamentares do PS em Guimarães

AS JORNADAS Parlamentares do Partido Socialista dedicadas, desta feita, às questões sociais, decorrem de 30 de Março a 1 de Abril, no Centro Cultural de Vila Flor, em Guimarães.

De acordo com o programa da iniciativa, o primeiro dia de trabalhos será preenchido com a apresentação de cumprimentos da direcção da bancada ao presidente da Câmara, ao governador civil e ao arcebispo de Braga. Para este dia estão também previstas visitas temáticas dos deputados a todos os concelhos do distrito bracarense. Os temas centrais destas deslocações foram escolhidos em função da diversidade socio-económica e cultural das realidades locais.



Na sessão de abertura das Jornadas participarão os camaradas António Magalhães, presidente da autarquia vimaranense, Joaquim Barreto, presidente do PS/Braga, António José Seguro, cabeça-

de-lista do PS por Braga nas últimas legislativas, e Alberto Martins, líder da bancada socialista.

Durante as Jornadas Parlamentares realizar-se-ão quatro painéis temáticos nos quais

participarão alguns membros do Governo, nomeadamente o ministro do Trabalho e da Segurança Social, Vieira da Silva, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, e o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva.

A 31 de Março, pelas 22 horas, terá lugar, em São Mamede, um debate com jovens sobre “Novas formas de participação cívica/política”.

Finalmente, no dia 1 de Abril serão tiradas as conclusões das Jornadas, seguindo-se a sessão de encerramento, a cargo do presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, e do secretário-geral socialista, José Sócrates. M.R.

Acção SocialistaÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialistawww.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa